

# O direito à moradia nas cidades da Amazônia

Anais do III Seminário de Direito à Cidade em Santarém-PA

Realização



Apoio



**FASE**  
Programa Amazônia



# **O direito à moradia nas cidades da Amazônia: anais do III Seminário de Direito à Cidade em Santarém-PA**



SANTARÉM-PA  
UFOPA  
2022

**O direito à moradia nas cidades da Amazônia:** anais do III seminário de direito à cidade em Santarém-PA

Evento organizado pelo grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA” da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e realizado em dezembro de 2019.

**Aldenize Ruela Xavier**

Reitora da UFOPA

**Solange Helena Ximenes Rocha**

Vice-reitora da UFOPA

**Jarsen Luis Castro Guimarães**

Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)

**Nirson Medeiros da Silva Neto**

Vice-diretor do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)

**Inailde Correa de Almeida**

Coordenadora do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR)

**Márcia Janete da Cunha Costa**

Vice coordenadora do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR)

Realização



Apoio



**FASE**  
Programa Amazônia



## FICHA CATALOGRÁFICA

Publicado em outubro de 2022 pela UFOPA

Edição: Número 1

Editora: Universidade Federal do Oeste do Pará

Organização: Ana Beatriz Oliveira Reis, Jenna Valéria Santos de Sousa, Lucimar Naiara dos Santos Alves

Revisão: Jenna Valéria Santos de Sousa

Formato: Digital

### CONSELHO EDITORIAL

Ana Beatriz Oliveira Reis

João Paulo Soares de Cortes

Andréa Simone Rente Leão

Márcio Júnior Benassuly Barros

Antônia do Socorro Pena da Gama

Maria Júlia Veiga da Silva

Diego Ramos Pimentel

Rafael Zilio Fernandes

Edilberto Francisco Moura Sena

Rogério Henrique Almeida

Francilene Sales da Conceição

Sara da Costa Pereira

Giselle Alves Silva

Thiago Rocha Pereira

Isabel Cristina da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

---

U58 Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Sociedade – ICS. Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa.  
Anais do III Seminário de Direito à Cidade em Santarém – Pará: O direito à moradia nas cidades da Amazônia, 03 à 06 de Dezembro de 2019. / Comissão Organizadora Ana Beatriz Oliveira Reis; Jenna Valéria Santos de Sousa e Lucimar Naiara dos Santos Alves. Santarém, Pará: Ufopa, 2019.  
74 p. : il.

Nota: A publicação foi completada em 2022.

ISBN: 978-65-88512-49-4 (on-line)

I. Ensino superior. 2. Direito à moradia. 3. Políticas públicas. I. Reis, Ana Beatriz Oliveira. II. Sousa, Jenna Valéria Santos de. III. Alves, Lucimar Naiara dos Santos. IV. Título.

CDD: 23 ed. 363.5098115

---

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>SEÇÃO 01 – DIREITO À CIDADE E MEIO AMBIENTE</b> .....	<b>10</b>
BAIRRO DO MAPIRI: PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO .....	<b>11</b>
REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO EM ORIXIMINÁ-PA ATRAVÉS DO PROJETO ESPAÇOS TRANSVERSAIS; PERSPECTIVAS EM MEIO AMBIENTE .....	<b>14</b>
A CIDADE COMO EXTENSÃO DAS ÁGUAS: O PROCESSO DE ANTROPIZAÇÃO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO LAGO MAPIRI EM SANTARÉM – PA .....	<b>18</b>
ÍNDICES DE RUÍDOS EM BAIROS CENTRAIS: ESTUDO DE CASO EM SANTARÉM, PA. ....	<b>23</b>
<b>SEÇÃO 02 – DIREITO À CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS</b> .....	<b>29</b>
JUVENTUDE E O DIREITO À CIDADE EM SANTARÉM-PA: REFLEXÕES A PARTIR DOS RELATOS DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS .....	<b>30</b>
II CARAVANA EM DEFESA DO RIO TAPAJÓS: UMA RESISTÊNCIA AMBIENTALISTA PELA SOBERANIA DA VIDA .....	<b>35</b>
RESISTÊNCIA COLETIVA: UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS ARAPIUNS .....	<b>38</b>
<b>SEÇÃO 03 – DIREITO À CIDADE, À MORADIA E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> ..	<b>42</b>
DIREITO À MORADIA ADEQUADA E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS EM SANTARÉM/PA.....	<b>43</b>
<b>SEÇÃO 04 – DIREITO À CIDADE E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO</b>	<b>49</b>
ESTUDO SOBRE O PROJETO DO PORTO DO MAICÁ E DIREITO À CIDADE ..	<b>50</b>
<b>SEÇÃO 05 – DIREITO À CIDADE E TERRITORIALIDADES</b> .....	<b>54</b>
IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA CIDADE DE SANTARÉM .....	<b>55</b>
IMPORTÂNCIA DOS PROTOCOLOS DE CONSULTA DOS COLETIVOS SOCIAIS DENTRO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM.....	<b>61</b>
MULHERES NA MÚSICA: POTENCIALIDADES DE RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADE NA PENITENCIÁRIA FEMININA.....	<b>66</b>

**REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO III SEMINÁRIO DE DIREITO À CIDADE  
EM SANTARÉM-PA ..... 69**

# APRESENTAÇÃO

Ana Beatriz Oliveira Reis<sup>1</sup>

Do dia 03 ao dia 06 de dezembro do ano de 2019, foi realizado o III seminário de direito à cidade em Santarém-PA na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Nesses dias, ocorreram diversas atividades promovidas pelo grupo de pesquisa *O direito à cidade em Santarém-PA* (GDAC) que só foram possíveis em virtude do comprometimento dos estudantes que compõe nosso grupo de pesquisa, da colaboração dos docentes de diferentes cursos da UFOPA bem como da parceria com sujeitos coletivos da cidade.

A questão central das nossas discussões foi *o direito à moradia nas cidades da Amazônia*. O objetivo do evento foi compreender quais são as especificidades do direito à moradia na realidade das cidades da região. Buscamos criar um espaço de interlocução entre os trabalhos acadêmicos realizados a partir do norte do Brasil e os saberes produzidos para além dos muros das universidades, privilegiando ainda as experiências dos diversos sujeitos coletivos que reivindicam o direito à moradia e o direito à cidade. Resgatamos aqui, brevemente, um pouco da história desse evento.

No dia 03 de dezembro, às 19h, no espaço Muiraquitã da antiga unidade Amazônia, foi realizada a primeira atividade do nosso seminário. A exposição *A reconfiguração da orla da cidade de Santarém-PA* aconteceu a partir de uma atividade integradora do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA, sendo imprescindível o apoio e a colaboração da comunidade acadêmica do curso, em especial, docentes e discentes das turmas 2018 e 2019. A atividade teve como objetivo olhar mais atentamente para os processos de reconfiguração e normatização da principal orla da cidade e conhecer os diferentes usos desses espaços no qual se misturam múltiplos elementos.

As atividades do segundo dia foram dedicadas à realização dos minicursos. A professora e psicóloga Eloísa Barros ministrou na manhã do dia 04 de dezembro o minicurso “*Sofrimento Ético-Político: o luto e a luta pelo direito de ser e viver a cidade*”. Nesse potente encontro, refletimos sobre a relação do conceito de sofrimento ético-

---

<sup>1</sup> Professora de Direito do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. Coordenadora do III Seminário de Direito à Cidade e do GDAC.

político enquanto sofrimento determinado exclusivamente pela situação social da pessoa, com o cotidiano das populações incluídas no patamar de “minorias” (população LGBTIQ+; Mulheres; Negros (as); Indígenas, pessoas em sofrimento psíquico, dentre outros) da cidade de Santarém e região oeste do Pará. Foi, ainda, um momento de acolhimento para os diferentes sujeitos ali presentes.

No período da tarde, a professora e antropóloga Luciana Gonçalves de Carvalho compartilhou conosco diferentes perspectivas sobre a moradia na Amazônia a partir da sua própria prática etnográfica. Durante o minicurso *Morar na Amazônia: experiências etnográficas de uma moradora aprendiz*, a professora Luciana revisitou parte da sua trajetória ao longo de 21 anos em que passou de viajante a moradora da região. Por meio de cenas vivenciadas entre populações amazônicas, em diversas localidades, conhecemos diferentes formas de habitar que revelam, ainda, uma pluralidade de modos de existência.

No dia 05 de dezembro foram realizados, nos períodos da manhã e da tarde, os cinco grupos de trabalho com a apresentação dos resumos expandidos e dos relatos de experiência disponibilizados nesses anais. O período da noite foi dedicado ao seminário *O direito à moradia nas cidades da Amazônia* com as palestras de Erlan Nadler da FAMCOS e da professora Simaia Mercês do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

No último dia de seminário, realizamos a *plenária dos movimentos sociais de Santarém e região* na ocupação “Vista Alegre do Juá”. Foi uma oportunidade para ampliarmos as discussões do seminário para além da universidade e estarmos presentes num espaço muito importante para a luta pelo direito à moradia. Estiveram presentes moradores e moradoras do Juá, estudantes e docentes e militantes dos movimentos sociais.

No dia 06 de dezembro, no período da tarde, foi realizada a última atividade do seminário. A mesa *O direito à moradia pelo olhar discente* teve como objetivo a apresentação de trabalhos produzidos por estudantes da UFOPA no âmbito de pesquisas acadêmicas sobre o direito à moradia. Foi um momento de protagonismo discente no qual trabalhos frutos de iniciação científicas, monografias e dissertações proporcionaram novas discussões sobre a questão central do seminário.

Feito esse breve resgate, aproveitamos essa oportunidade para agradecer às pessoas envolvidas na construção coletiva do III seminário de direito à cidade em

Santarém-PA, em especial, aos estudantes, docentes e técnicos da Universidade Federal do Oeste do Pará, à Fase Amazônia, à FAMCOS e ao Movimento Tapajós Vivo. Desejamos que as discussões realizadas no seminário, parte delas sintetizadas nesses anais, proporcione novas reflexões sobre o direito à moradia nas cidades da Amazônia como condição para avançarmos na garantia desse direito que abrange uma multiplicidade de modos de existência.

## **SEÇÃO 01 – DIREITO À CIDADE E MEIO AMBIENTE**

A seção “**Direito à cidade e meio ambiente**” tem por objetivo discutir trabalhos que abordem a cidade como espaço de convergência, construção e fortalecimento de lógicas convencionais e alternativas de reprodução do espaço e gestão dos recursos naturais na Amazônia. Abordar dimensões múltiplas da temática ambiental e os pontos de conflito e convergência com os processos urbanos. Pautas de investigação sugeridas: 1 - Espaço do acontecer – A cidade como espaço de reflexão e ação em Meio Ambiente. 2 - Meio Ambiente em ângulos retos – Qualidade ambiental e outras lógicas de organização e gestão do espaço. 3 - A cidade como extensão da Floresta e das Águas – Tensões e conexões entre o rural, o urbano e a exploração dos recursos naturais na Amazônia. 4 – Políticas territoriais urbanas – Elementos de construção e efetividade de Planos Diretores e outras políticas normativas estaduais e federais.

### **COORDENADORES:**

**Diego Ramos Pimentel** - Comitê em Defesa do Igarapé do Urumari

**João Paulo Soares de Cortes** – Professor do curso de Gestão Ambiental/UFOPA

**Maria Júlia Veiga da Silva** – Professora do curso de Geografia/UFOPA

## **BAIRRO DO MAPIRI: PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO**

*Luciano Santos da Cruz<sup>1</sup>*

*Raelson Santos Silva<sup>2</sup>*

### **INTRODUÇÃO**

A cidade de Santarém tem uma população de aproximadamente 300 mil habitantes. Devido sua localização estratégica, entre as duas maiores metrópoles da região norte do país, Manaus, capital do estado do Amazonas e Belém, capital do estado do Pará, tornou-se um dos maiores centros comerciais da região oeste do Pará. Em 22 de junho de 1661, o padre Felipe Bettendorf, fundou a então cidade de Santarém, no século XVI, sendo o Brasil ainda colônia de Portugal, aconteceram grandes conflitos por territórios nessa região. A maioria dos povos residentes eram povos tradicionais. Em 24 de outubro de 1848, Santarém foi elevada à categoria de cidade urbana, pela lei provincial nº 145. Até os anos 1970 a cidade tinha suas atividades ligadas ao rio, por isso era considerada uma cidade ribeirinha ou uma cidade amazônica. Após décadas, iniciou seu desenvolvimento urbano, um processo não planejado, onde a população cresce desenfreadamente devido aos grandes centros de atividades comerciais. Segundo Oliveira (2008), o processo de aumento populacional se deve às políticas de ocupação da região, resultando em aglomerações urbanas e em uma maior disputa pelos territórios centrais.

A falta de planejamento político e social é um dos principais fatores que afeta a atual condição da cidade, porque ocasiona problemas como a má distribuição de água em alguns bairros da cidade e a falta de saneamento básico, entre outros. O bairro do Mapiri é umas das “consequências” desse crescimento populacional. No decorrer do tempo, esse bairro recebeu verbas dos governos tanto estadual quanto federal, para o desenvolvimento urbano, por isso o bairro foi escolhido para este estudo de caso em que entenderemos as dificuldades enfrentadas pela população, e como os impactos ambientais o afetaram devido ao processo de urbanização, segundo a percepção de seus moradores.

### **METODOLOGIA**

---

<sup>1</sup>Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. [lucianosantoscruz107@gmail.com](mailto:lucianosantoscruz107@gmail.com)

<sup>2</sup>Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. [raelsonsantos98@gmail.com](mailto:raelsonsantos98@gmail.com)

Este trabalho foi realizado a partir da análise qualitativa de depoimentos de moradores residentes há mais de 30 anos no bairro, utilizando-se de questionários abertos que indagam quanto à percepção em relação ao passado do bairro e as fontes de renda da população no período. Visando capturar a compreensão dos moradores quanto às atividades de urbanização da área, às lides entre movimentos sociais e grandes empreendimentos, relacionadas ao território e a realização de programas de desenvolvimento urbano, como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e outros empreendimentos privados.

## **DISCUSSÕES**

Ultimamente, o bairro do Mapiri na cidade de Santarém-PA tem sido alvo de uma série de estudos para entender como a área mergulhou em conflitos socioambientais. Como este bairro obtém investimentos para se desenvolver e como ajuda a entender o processo de urbanização da cidade de Santarém. Quando ele é discutido, a primeira lembrança geralmente é o lago que o banha, desde o Bairro Salé ao Bairro do Maracanã, que é descrito por muitos como um lago de beleza. Em 1980, deu-se início ao processo de ocupação do bairro do Mapiri, onde iniciou uma despeita de terras, das pessoas que ali queriam morar com a Companhia Tropical Hotel, hoje denominada Hotel Barrudada. Depois de um processo de luta a companhia perdeu a causa, pois não apresentou os documentos com prova de posse ou título da terra.

Dona Rosa, moradora do bairro, mãe de 5 filhos, informa que há aproximadamente 37 anos, iniciou-se o processo de ocupação, onde havia apenas a vegetação nativa e durante esse processo, ocorreram algumas mazelas como o grande número de assassinatos, que ocorria de forma assustadora.

Segundo a percepção das entrevistadas, a principal fonte de renda dos moradores, era proveniente do Lago do Mapiri, sendo a pesca para venda ou alimentação. Porém, o uso inadequado e a poluição causaram forte pressão sobre o local. Destacando-se os estaleiros que operam na região e os comuns relatos de pescas com explosivos, muitas vezes, sem acompanhamento dos órgãos de fiscalização ambiental.

Dona Osilene Dourados, relata o início de ocupação da área, por aproximadamente 100 famílias, sofrendo de diversas formas, seja por violência do próprio estado, em decorrência das tentativas de reintegração de posse recorrentes, ou pelas más condições de vida como a falta de assistência básica, saneamento, segurança etc. Porém, durante as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que

envolvem a construção de uma estação de coleta e tratamento de esgoto – ressalta-se que são estruturas indispensáveis para uma melhoria da qualidade de vida dos moradores – um problema surge: a necessidade de remanejar os moradores da área, através de recebimentos de auxílios para custear aluguéis em outros locais, contudo, o retorno das famílias demorou a acontecer.

Outro problema percebido pela moradora Osilene é a falta de estrutura física do bairro, mesmo próximo às obras do PAC. Uma vez que a maioria das ruas não possui asfaltamento, isso causa a sensação nos moradores de que os recursos não estão sendo aplicados conforme o previsto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebemos que as modificações no espaço ocorreram de forma rápida e por interesses, tanto econômicos quanto sociais. No entanto, sem planejamento essas alterações geram conflitos sociais que acarretam desgaste entre os atores da sociedade de Santarém. Nesse contexto, é importante evidenciar que as ferramentas de gestão do município, como o Plano Diretor da cidade já existe, porém, ao realizarmos um passeio de poucas dezenas de metros, podemos perceber diversas regulamentações sendo desrespeitadas. Também, destaca-se que as obras são de extrema importância para a qualidade de vida das pessoas, porém, caso não ocorram de forma adequada, geram ainda mais conflitos e mazelas. Segundo Oliveira (2008), ao priorizar critérios técnicos tradicionais, analisa-se mais aspectos físicos que sociais. Nesse sentido, fica clara a responsabilidade de todos na participação dos processos de gestão dos territórios, todavia, não apenas no ato de elaborar as ferramentas, mas também em cumprir e fiscalizar a sua realização, visando assim o bem comum.

**Palavras-chave:** ordenamento urbano; meio ambiente; PAC; Mapiri; Amazônia.

## **REFERÊNCIAS**

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra. **Expansão Urbana e Periferização de Santarém-PA, Brasil:** Questões Para O Planejamento Urbano. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona. Disponível em [www.ub.edu/geocrit/-xcol/268](http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/268), 2008.

SANT'ANNA, Janner de Oliveira. **Os efeitos socioambientais do processo de ocupação desordenada no bairro Mapiri no Município de Santarém-PA.** Santarém, UFOPA, 2018.

# **REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO EM ORIXIMINÁ-PA ATRAVÉS DO PROJETO ESPAÇOS TRANSVERSAIS; PERSPECTIVAS EM MEIO AMBIENTE**

*Lucianne Farias da Silva<sup>1</sup>*

*João Paulo Soares de Cortes<sup>2</sup>*

## **INTRODUÇÃO**

O projeto “Espaços Transversais: Perspectivas em Meio Ambiente” (ETPMA) tem realizado desde 2017 debates entre diferentes setores da sociedade e do estado a respeito de temáticas ambientais emergentes na região oeste do Pará, contando com a participação de membros da comunidade acadêmica e santarena. Estes debates contribuem para a evolução no entendimento das temáticas propostas, no sentido de capacitação extracurricular do corpo acadêmico e dos atores sociais envolvidos nestas questões.

Dentre as diversas temáticas abordadas encontram-se discussões acerca dos impactos provocados pelas queimadas na região, os conflitos envolvendo a ocupação Vista Alegre do Juá, além da promoção de oficinas visando capacitar jovens lideranças atuantes em causas diversas envolvendo a questão ambiental. No âmbito destas discussões, promoveu-se uma mesa para debater sobre os impactos advindos da atividade mineradora em Oriximiná, promovendo o lançamento do livro “Antes a água era cristalina, pura e sadia; Percepções quilombolas e ribeirinhas dos impactos e riscos da mineração em Oriximiná, Pará” (ANDRADE, 2018), em parceria com a Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Este relato busca trazer as principais reflexões acerca deste processo, colocando a questão da extensão universitária como espaço de discussão e empoderamento dos atores sociais.

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA**

A mesa de discussão intitulada “Impactos socioambientais da mineração em Oriximiná” trouxe representantes das comunidades diretamente afetadas pelos impactos, sendo o Quilombo Boa Vista, as Comunidades ribeirinhas de Boa Nova e Saracá e ainda,

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia da UFOPA. [lucianne.a@gmail.com](mailto:lucianne.a@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas da UFOPA. [decortesjps@gmail.com](mailto:decortesjps@gmail.com)

da Comissão Pró-Índio de São Paulo. O empreendimento de mineração, ponto central das discussões, está sobre responsabilidade da maior empresa produtora de bauxita do Brasil e a terceira maior em operação no mundo. As concessões de lavra da empresa sobrepõem-se parcialmente as áreas ocupadas por comunidades quilombolas e ribeirinhas dentro da Flona Saracá-Taquera, o que ocasiona conflitos ligados aos impactos socioambientais que a exploração de bauxita causa a estas comunidades.

Um dos principais impactos gerados é sobre os corpos hídricos e a disponibilidade de água para usos diversos para as comunidades afetadas. A água para os ribeirinhos é um dos bens mais importantes, incluindo necessidades de subsistência, dessedentação e atividades de lazer e higiene. O primeiro e mais conhecido impacto sobre as águas adveio do descarte dos rejeitos da mineração diretamente no Igarapé Caranã e no Lago Batata situados na margem direita do Rio Trombetas. Durante 10 anos despejou-se ali uma carga diária de cerca de 25 mil m<sup>3</sup> de rejeito oriundo do beneficiamento de bauxita (Esteves *et al.*, 2014), ocasionando a “mortalidade de organismos aquáticos, desde a comunidade bentônica e planctônica, algas e demais plantas aquáticas até peixes e outros animais associados a cadeia alimentar” (Ibama, 2018). Outro motivo de preocupação para os moradores de Boa Vista, Boa Nova e Saracá são as barragens de rejeitos.

Para fomentar a discussão estiveram presentes entre os ouvintes representantes da comunidade acadêmica, ICMBIO, OAB-PA, além das comunidades tradicionais. O público considerou que o momento de conversa foi importante e eficiente para a resolução do conflito, sinalizando que deveriam também compor a mesa representantes dos órgãos públicos ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) e IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), além principalmente da própria empresa mineradora para que pudessem mostrar seu posicionamento.

Durante o evento, foi aplicado um questionário junto ao público participante no qual foi perguntado sobre as principais dificuldades para resolução deste conflito. A ineficiência do poder público em articular possíveis soluções para o conflito em questão foi um dos pontos mais destacados durante a discussão, além de:

- mascaramento de problemas;
- falta de força atuante, remediativa e preventiva por parte dos poderes públicos além da universidade, dos povos ribeirinhos e sociedade civil organizada e;

- necessidade de levar e acompanhar de forma organizada as demandas junto aos Ministérios Públicos Federal e Estadual afim de que possam ser tomadas medidas judiciais cabíveis.

Quanto aos principais impactos visíveis causados pela atividade mineradora, os representantes das comunidades destacaram a perda da qualidade da água, com o aumento da turbidez e a eventual contaminação por produtos usados para o beneficiamento do minério, relatando que anteriormente à instalação da empresa de mineração consumia-se água diretamente capturada dos mananciais superficiais e que nos dias atuais, isto não faz-se mais possível. O impacto nos recursos hídricos afeta diretamente a prática da pesca para subsistência, uma vez que a instalação da mineradora implicou no desaparecimento de pequenos lagos que eram usados para esta atividade, bem como a construção de barragens gerou lagos de lama, impossibilitando a condição de ter-se a presença de pescado.

As pessoas envolvidas e diretamente afetadas pelos impactos do empreendimento mostraram-se bastante emocionadas ao relatar a atual condição a que estão expostas, ressaltando o aumento de doenças e a perda de autonomia no que tange o uso dos recursos naturais na área, sujeitos ao controle por parte da atividade mineradora. A falta de apoio e abertura por parte do poder público dificulta a luta destas comunidades na busca por seus direitos e se torna um agravante na busca por espaço e reconhecimento.

Diante disto, surge a universidade com a possibilidade de que possa atuar como mediadora nestas discussões e a abertura do espaço para apresentação dos variados pontos de vista. Na percepção do público presente, o principal papel que a universidade exerce na resolução destes conflitos é através da produção técnica e científica que contribua com o dimensionamento do problema, seguido da interlocução entre diferentes setores e organizações e criação de espaços de mediação. Outros ambientes no qual esta discussão e a luta por direitos deveria ser fomentada, por exemplo, são as escolas, câmaras de vereadores e as comunidades em geral.

O custo socioambiental da mineração é bem elevado para a sociedade local que recebe a atividade. Na região amazônica, a exploração mineral vem deixando um legado de pobreza, impactos socioambientais e subdesenvolvimento. Atividade mineradora e sustentabilidade ambiental são processos que muitas vezes se apresentam antagônicos. Mesmo com o aparato técnico e tecnológico, a extração mineral ainda provoca grandes impactos socioambientais (BUNKER, 1988; WANDERLEY, 2008), muitas vezes devido

às dificuldades de reconhecimento da legitimidade das demandas trazidas pelos agentes locais e de diálogo entre diferentes setores envolvidos na problemática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões acerca dos conflitos socioambientais que envolvem as comunidades tradicionais da Amazônia carecem de espaços de discussão, mediação e legitimação envolvendo atores diversos. A universidade, tendo a extensão como um de seus pilares, pode oferecer esse ambiente de discussão, além de aproximar a comunidade acadêmica da sociedade civil em geral. Desta forma, o projeto Espaços Transversais: Perspectivas em Meio Ambiente busca dar visibilidade aos temas ambientais de relevância para a região, produzir conhecimento e apresentar retorno para a comunidade. Neste sentido, foi observado que a mesa redonda e respectivo lançamento do livro abordados nesse relato, obteve sucesso em possibilitar que as temáticas fossem apresentadas pelos agentes locais, reforçando suas perspectivas e trazendo reflexões sobre possíveis trajetórias de resolução do conflito.

**Palavras-chave:** impactos socioambientais; mineração; recursos hídricos; Porto Trombetas.

## **REFERÊNCIAS**

- ANDRADE, L. M. M. **Antes a água era cristalina, pura e sadia percepções quilombolas e ribeirinhas dos impactos e riscos da mineração em Oriximiná, Pará.** São Paulo :Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2018.
- BUNKER, Stephen. **Underdeveloping the Amazon.** Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- ESTEVES, F. de A.; ROLAND, F. & BOZELLI, R. L. (coords.). **Monitoramento ecológico do Lago Batata** – Relatório Anual 2014. Rio de Janeiro, s.d.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). **Memorando nº 20/2018/COMIP/CGTEF/DILIC.** Brasília, 02 mar. 2018 (2018).
- WANDERLEY, L. J. M. Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Geografia). **Programa de Pós-Graduação Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

# A CIDADE COMO EXTENSÃO DAS ÁGUAS: O PROCESSO DE ANTROPIZAÇÃO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO LAGO MAPIRI EM SANTARÉM – PA

*Adriane Melo do Carmo<sup>1</sup>*

*Kerlanny do Amaral Sousa<sup>2</sup>*

*Regina Teodósio dos Santos Rodrigues<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Os impactos socioambientais como elementos das ações antrópicas no Lago Mapiri: desafios ao Serviço Social*, como requisito para conclusão do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Luterano de Santarém, no transcurso do segundo semestre de 2014. Este recorte da pesquisa primária tem o objetivo de analisar os impactos socioambientais provocados pelo processo de antropização no lago Mapiri em Santarém.

Com o processo de industrialização no século XVIII, os países industrializados foram os primeiros a experimentar os efeitos do “desenvolvimento” trazidos pelo capitalismo. Os danos causados à natureza pela intensificação da industrialização, ocorrem de forma diferenciada nos países e sociedades, mas afetam toda a vida planetária. Esta é uma realidade universal refletida sobre as cidades com a poluição dos rios, falta de saneamento na cidade, ameaças constantes aos lagos e igarapés urbanos, à fauna e à flora.

No Brasil, a crescente urbanização, a exploração madeireira, desmatamento e queimada, são alguns fatores que resultam em uma série de impactos ao meio ambiente. Ações antrópicas, na maioria das vezes, são realizadas de forma predatória causando alterações ambientais, sociais, denotando impactos, progressivamente, na qualidade de vida terrestre desta e das futuras gerações.

## METODOLOGIA

O estudo foi realizado com os moradores residentes no entorno do lago do Mapiri em Santarém – PA, visando obter maiores informações quanto ao perfil sociodemográfico e os impactos socioambientais relacionados ao processo de antropização desta área, bem como, sobre as condições de moradia dos/as respondentes para perceber as possíveis

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Docente na Universidade Paulista - Polo Santarém. [mcadriane@hotmail.com](mailto:mcadriane@hotmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social. Coordenadora Técnica na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, Unidade de Internação em Santarém. [kerlannyamaral@gmail.com](mailto:kerlannyamaral@gmail.com)

<sup>3</sup> Assistente Social aposentada. [reginateodosio@hotmail.com](mailto:reginateodosio@hotmail.com)

relações com as ações antrópicas no meio ambiente. O método histórico-dialético conduziu o conhecimento do objeto do estudo, seus aspectos, suas relações e todas suas conexões. A pesquisa de campo e descritiva configuraram a tipologia da pesquisa.

A pesquisa de campo utilizou amostra aleatória com 20 famílias residentes ou não em habitações do Programa de Aceleração do Crescimento. O levantamento de dados foi realizado pela pesquisadora, coordenado pela professora orientadora com auxílio de acadêmicos (as) do Curso de Serviço Social das Faculdades Integrada do Tapajós – FIT e do Centro Universitário Luterano de Santarém – CEULS/ULBRA. A entrevista foi executada por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, com anuência dos moradores a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A sistematização e análise dos dados foram arqueadas pelas observações qualitativa relacionando com o referencial teórico utilizado e com a observação quantitativa demonstrado na forma estatística.

## **DISCUSSÕES**

No dizer de Castells (2006) a formação das cidades é o processo condicionante para organizar o espaço social e o desenvolvimento, devendo ser considerados não como um processo em evolução, mas sobretudo, a partir das relações entre forças produtivas, classes sociais e formas culturais (uso do espaço) intrínsecas à questão sociológica da urbanização e às contradições do modo capitalista de produção. Essa construção teórica reafirma a realidade social vivenciada pelas/os agentes integrantes desde estudo que são moradores do bairro Mapiri, notadamente na margem do Lago Mapiri.

Nesta pesquisa, dos dados demográficos, o sexo feminino corresponde a 90% e 10% do sexo masculino. Quanto à idade, o dado predominante de 40% corresponde a faixa etária de 46 anos a mais dos entrevistados, 25% possuem entre 26 a 35 anos e entre 36 a 45 anos. Entre 16 a 25 anos são 10%. Quanto à escolaridade, os dados revelaram que 65% concluíram o ensino médio, 25% estudaram até o ensino fundamental e 5% possuem o ensino superior completo e o mesmo percentual possui ensino superior incompleto. Com relação ao estado civil, 65% das pessoas entrevistadas são casadas ou possuem companheiro/a, 25% são solteiras e 10% em estado de viuvez. As informações apontam à predominância da mulher como entrevistada e a maioria das/os entrevistadas/os em idade ativa de trabalho. Isso pode expressar a feminização da relação doméstica, e sobretudo, a situação de desemprego de mulheres. Quanto à questão da escolarização, agrega um fator positivo, considerando a maioria com ensino médio e pode servir como

parâmetro para analisar o nível de conhecimento e crítica sobre o meio ambiente. No quadro traçado por Castells (2006) a impossibilidade de organização social decorre da baixa escolaridade, desemprego, população desenraizada, mutação e o exército de reserva na base do desenvolvimento urbano.

Todas/os as/os respondentes possuem domicílio próprio, sendo que 80% das residências possuem 3 a 5 cômodos, 10% possuem de 1 a 2 cômodos, outros 10% das residências convivem em ambiente com mais de 6 cômodos. O material predominante de construção do domicílio representa 75% de residências em alvenaria, 20% de madeira e 5% possuem material misto. O cenário demonstra o processo de fixação dos moradores a partir de Projeto de Urbanização, pois a metade das/os entrevistadas/os estão inseridas/os no PAC Urbanização, representando 50%, 40% disseram não serem inscritos programas habitacionais e 10% não souberam responder. Para Boff (1999, p. 135,) “cada pessoa precisa descobrir-se como parte do ecossistema local e da comunidade biótica, seja em seu aspecto de natureza, seja em sua dimensão de cultura”.

Em referência ao abastecimento de água, 95% das famílias pesquisadas estão vinculadas ao serviço de água da rede geral de distribuição pública e 5% utilizam água do poço particular. Todos os domicílios possuem instalações sanitárias, em especial, o banheiro. Com relação ao escoamento sanitário, 55% dos pesquisados possuem fossa asséptica como recurso de esgoto sanitário, 40% usam a rede coletora de esgoto e 5% ainda possuem fossa rudimentar. A coleta do lixo doméstico é efetivada 65% pelo serviço de coleta direta do serviço público municipal e 35% possuem coleta indireta. Do serviço de fornecimento de energia elétrica, 95% domicílios têm iluminação elétrica com medidor próprio e 5% utilizam iluminação sem medidor.

Os dados acima confirmam a realidade de uma população segregada no espaço urbano. Esses moradores, viviam em condição insalubre e em risco ambiental dentro do Lago Mapiri, e com o advento do Programa Habitacional foram remanejados para residências. Entretanto, outra parcela continua no mesmo local, às proximidades do Lago Mapiri, em situação de risco.

Segundo Harvey (2005) a urbanização se acelerou ocasionando movimentos revolucionários na organização espacial resultando em concentrações espaciais massivas de população. No bairro há oferta de serviço de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica advindos da esfera pública, mas há registro de moradores sem o acesso regular, pois em algumas áreas do entorno do lago, inexistente a oferta regular desses serviços.

Quanto as ações antrópicas observadas na área, iniciou-se a pesquisa identificando o tempo de moradia das pessoas entrevistadas na área do lago Mapiri: 65% dos pesquisados habitam há mais de 20 anos e 35% residem entre 5 a 19 anos no local. Para fixar residência na área do Lago Mapiri os moradores externalizaram os seguintes fatores: o preço dos terrenos com valor acessível; a perspectiva de melhoria da infraestrutura urbana, procura de trabalho e acesso à educação. Brito e Câmara (1998), definem antropização como “todas as alterações provocadas pela ação do homem na vegetação”, ou seja, toda ação feita pelo ser humano, cujo efeito causa um impacto no meio ambiente.

Em relação as alterações ambientais percebidas no lago durante o período de moradia, 90% das pessoas entrevistadas observaram diversas alterações tais como: poluição causada pelo vazamento de óleo diesel das embarcações, o aterramento na área pelas obras do PAC, gerando inclusive, o aumento das faixas de alagamento no entorno do lago; construção de embarcações; queimadas da mata ciliar; desaparecimento de algumas espécies de peixe e outros animais; a construção da ponte sobre os Lagos Mapiri, Papucu e Igarapé do Irurá de interligação dos bairros Mapiri e Maracanã; o crescimento populacional e o remanejamento de algumas famílias de moradores do entorno do Lago Mapiri para áreas urbanizadas.

Podemos ensejar que a atual situação global revela um cenário contemporâneo em que os padrões dominantes de produção e consumo são responsáveis pela devastação ambiental, falência de recursos naturais e uma acelerada extinção de espécies. Ocasionalmente inúmeros conflitos, culturais, econômicos, políticos, sociais e principalmente ambientais, ameaçando e comprometendo toda vida planetária. (CARTA DA TERRA, 2010).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados expostos indicam a característica de uma população com longo tempo de permanência na área, fator que contribui para a análise do processo de antropização no Lago Mapiri, pois perpassa pelo sentido de pertencimento e incentiva a estabilidade para permanecer no lugar. Esse processo é observado pelos moradores, a partir das alterações promovidas pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento que modificam a estrutura natural deste espaço, com destaque para a terraplanagem da área, comprometendo a drenagem da água da chuva causando episódios de alagamento da via pública de forma recorrente. Outras ações do homem sobre a natureza são analisadas pelos moradores e podem estar relacionadas ao processo de desaparecimento das espécies

aquáticas, como plantas e peixes, em razão da presença da navegação no lago sem fiscalização, contribuindo para a poluição da água com óleo diesel das embarcações e a destruição da mata ciliar pelas queimadas.

Para vários moradores, o crescimento populacional é notório na área e isso pode ser visto como fator negativo, mas compreende-se que esse fenômeno está associado à mobilidade social causada pelos reflexos da contradição entre o capital e o trabalho na sociedade que impulsiona parcelas significativas da população rural para o centro urbano das cidades ou advindos de outras regiões, municípios e estados. Todos os moradores consideram importante preservar o lago, pois é fonte de alimento e renda; possui beleza natural; a água é fonte de vida e deve ser preservada; por ser uma área de lazer que permite a relação do homem com a natureza e é uma fonte de equilíbrio climático. O processo de antropização perpassa pelos diversos agentes sociais, seja a população ou os órgãos públicos. A isso atribui-se a questão da reprodução humana e o direito à cidade.

Dessa forma conclui-se que as ações antrópicas observadas no lago do Mapiri, serão mais bem combatidas a partir de um árduo esforço coletivo, envolvendo seriamente os órgãos municipais públicos e privados, a sociedade civil e principalmente os moradores das proximidades e entorno do Lago. A finalidade: preservar e conservar a biodiversidade presente neste espaço, fundamental para a relação dos/as amazônidas com a natureza, fundamental para o bem viver.

**Palavras-chave:** ações antrópicas; impactos socioambientais; Amazônia.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra.** Ed. Vozes. Petrópolis, 1999.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João B. D. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável.** 2 ed. Vozes. Petrópolis, 1998.

CARTA DA TERRA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/>. Acesso em 21 abr. 2014

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** 3ª ed. Tradução de Arlene Caetano. Coleção Pensamento Crítico, vol.48, São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

# ÍNDICES DE RUÍDOS EM BAIROS CENTRAIS: ESTUDO DE CASO EM SANTARÉM, PA.

*Samuel Moura<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Com o tema “Índices de Ruídos em Bairros Centrais: Estudo de caso em Santarém, PA”, a presente pesquisa buscou evidenciar os ruídos emitidos pelo tráfego de veículos como objeto de estudo a mobilidade, nos bairros Aeroporto Velho e Jardim Santarém. Localizados na zona central da cidade, segundo o Plano Diretor Participativo Municipal de Santarém (2018). Os pontos de coletas escolhidos foram embasados conforme outra pesquisa realizada previamente, por autores da área de matemática, com a utilização da teoria dos grafos. A pesquisa foi realizada em horários de pico, no período de cinco minutos, para elaboração de média sonora.

## METODOLOGIA

A metodologia para análise dos índices de ruídos de alguns pontos nos bairros está baseada nos autores: Brito (2017), Melo, Pimentel e Silva (2010) e, Brito e Barbosa (2014), além de Reis e Almeida (2018) – quanto à escolha dos pontos de intersecção com maior importância de acordo com a teoria dos grafos.

No trabalho de Brito (2017), serviu-se de oito medições, com 15 minutos de duração cada, sendo quatro em dias úteis (duas no período matutino e duas no vespertino) e, quatro em feriados e fins de semana (duas no período matutino e duas no vespertino), onde os pontos foram selecionados por ficarem mais próximos aos receptores mais sensíveis, como escolas e residências.

Para a pesquisa dos autores Melo, Pimentel e Silva (2010) as medições foram realizadas em horários críticos de fluxo de veículos, de 07hrs as 08hrs e de 15hrs as 16hrs, nos dias de quarta-feira e quinta-feira, realizando três e quatro medições espaçadas. Além disso, foram realizadas com duração de cinco minutos. E para Brito e Barbosa (2014), quanto aos pontos escolhidos para o levantamento, foi dada preferência aos locais mais sensíveis ao impacto da energia sonora como praças, escolas, hotéis e pousadas. Em cada um dos pontos de medição foram realizados 4 conjuntos de 2 medidas, totalizando 8 avaliações em cada local.

---

<sup>1</sup> Professor EBTT do IFPA Campus Itaituba. [samuel.ivan8@gmail.com](mailto:samuel.ivan8@gmail.com)

Através da escolha de quatro pontos considerados mais movimentado nos bairros Aeroporto Velho e Jardim Santarém, a técnica compreendeu os dias úteis e os domingos, durante o período de 28 de março a 23 de abril de 2019, com o levantamento dos índices de ruídos do tráfego nas vias. Em dois períodos de horários: das 12hrs às 13hrs (pico de 12hrs) e das 18hrs às 19hrs (pico das 18hrs). Com o tempo de 5 minutos de dados coletados.

Os pontos de intersecção de vias escolhidos foram: ponto 1 - Av. Bartolomeu de Gusmão com Av. Jasmim, ponto 2 – Av. Verbena com Av. Jasmim, ponto 3 – Av. Verbena com Av. Crisântemo, e ponto 4 – Av. Sérgio Henn esquina com Av. Moaçara. Representado por um mapa temático de pontos de ruídos, que será elaborado através do programa de geoprocessamento já comentado nesse documento.

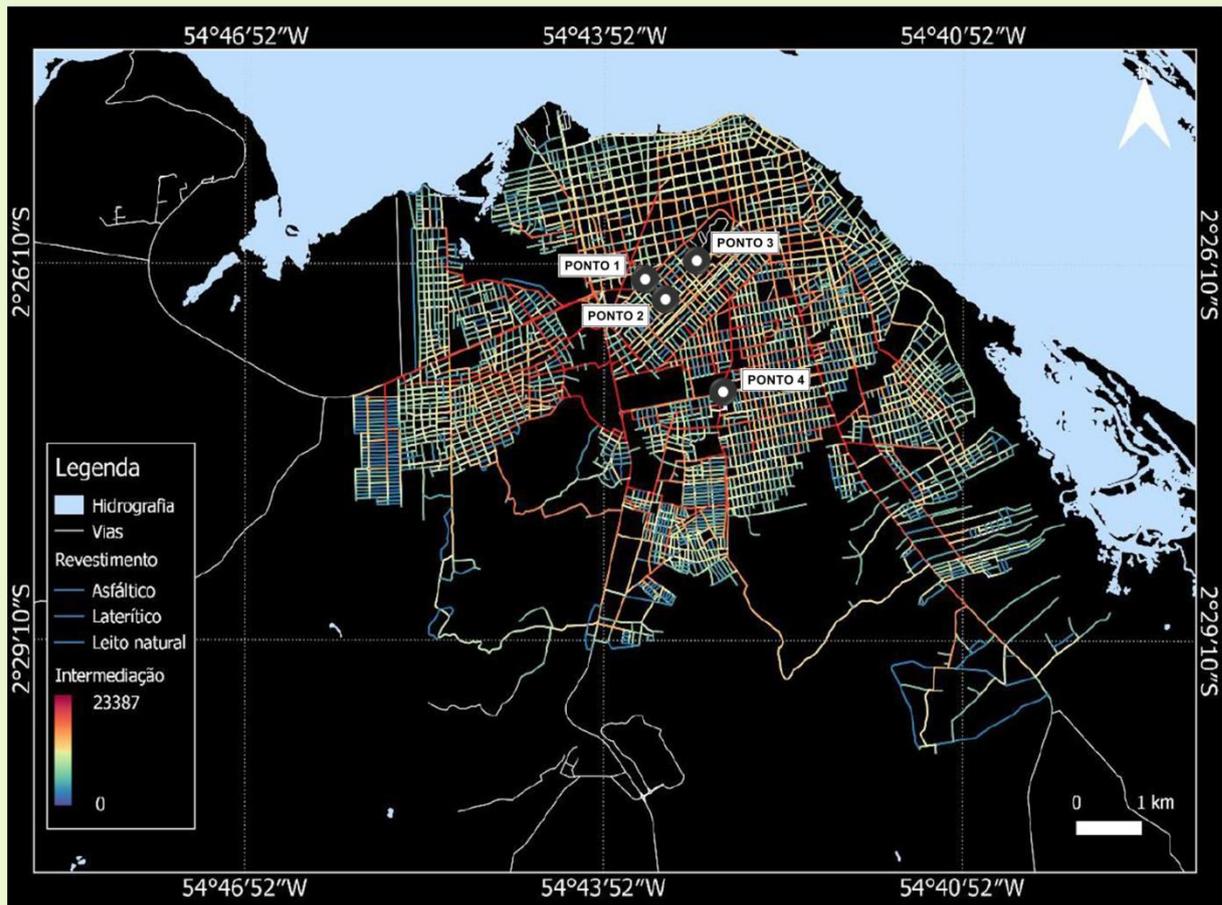
Levantamento realizado através do aplicativo de celular: “Medidor de ruídos” desenvolvido pela empresa “Tools Dev”, disponibilizado na “Play Store” na plataforma para sistema de androide, de forma gratuita. O aplicativo permite que sejam identificados os ruídos em decibéis, que seria a unidade utilizada para medir o som, simbolizado por dB. (NUNES, 1999).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Estudos realizados por Gabriela Reis e Rodolfo Almeida (2018), comprovam a relevância das vias em Santarém, onde cada uma possui um grau de funcionalidade diferenciado. Em suma, o artigo analisa as ruas com teorias matemáticas, onde estas seriam linhas, denominadas de arestas e, os cruzamentos entre vias, de vértices. Atribuíram valores para as centralidades destas em duas situações, de acordo com o sentido das vias e desconsiderando este.

Para fins desta pesquisa, a descrição buscou envolver a funcionalidade dessas vias para o ambiente urbano. Nesse caso, o grau de importância que as vias possuem de acordo com a teoria dos grafos, escolhendo apenas o mapa que demonstra a importância de acordo com o sentido das vias, representado na figura 1. O que possibilita a leitura de escolhas que um motorista é incumbido de escolher no seu dia a dia. As vias com maior importância estão destacadas com as cores quentes (vermelho, laranja, amarelo) e quanto menor a importância com as cores frias (verde, azul, etc.).

**Figura 1.** Mapa da Centralidade por Intermediação da malha viária urbana de Santarém-PA, considerando sentido de via.



**Fonte:** Reis e Almeida (2018), adaptado pelo autor, 2019.

No caso da pesquisa, ao centro do mapa, foi possível anotar quais os pontos de intersecções mais relevantes para análise dos índices de ruídos, limitados a quatro pontos. Os pontos de intersecção escolhidos foram: Av. Bartolomeu de Gusmão com Av. Jasmim (ponto 1), Av. Jasmim com Av. Verbena (ponto 2), Av. Crisântemo com Av. Verbena (ponto 3) e, Av. Moaçara com Av. Sérgio Henn.

Na qualidade acústica dos bairros, foram criadas tabelas para leitura dos dados obtidos com distinções entre os dias úteis e o domingo e, em dois horários de pico. Como resultados finais das médias gerais, a tabela 1 retrata os índices totais dos 4 pontos, a qual indica médias similares nos domingos, mesmo em picos distintos e nos dias úteis com frequência parecida, com variação entre 62 dB e 66 dB.

Ainda na tabela 1, o horário de pico das 18hrs apresentou o maior índice de ruído com 66,015 dB, em dias da semana e o menor quando analisado no dia de domingo contabilizando 62,475 dB. O pico de 12hrs foi maior em relação ao domingo com 63,75

dB, mas fora menor nos dias da semana (65.22 dB) se comparado ao outro horário. O que parecem valores razoáveis para um ambiente externo com a rua.

**Tabela 1.** Índices Totais de Ruído dos 4 pontos

Pico das 12hrs	Índices de Ruído (dB)	
	Dias úteis	Domingo
Ponto 1	62,34	58,8
Ponto 2	68,66	69,5
Ponto 3	63,8	61,5
Ponto 4	66,08	65,2
<b>Média Total</b>	<b>65,22</b>	<b>63,75</b>

Pico das 18hrs	Índices de Ruído (dB)	
	Dias úteis	Domingo
Ponto 1	60,04	53,1
Ponto 2	71,13	70,2
Ponto 3	65,36	63,6
Ponto 4	67,53	63
<b>Média Total</b>	<b>66,015</b>	<b>62,475</b>

**Fonte:** Dados obtidos pelo “Medidor de Ruídos”, elaborado pelo autor, 2019.

Essa análise permite entender que os índices de ruídos estão maiores do que a Organização Mundial da Saúde (2018) indica como recomendável para o trânsito de dia – sendo o limite de 53 decibéis – e durante a noite – com limite de 45 dB. Ressaltando que nessa pesquisa foram considerados apenas os ruídos dos veículos que estavam trafegando nos pontos de intersecção.

Além de não existir acessibilidade por meio de calçadas, os pedestres estão suscetíveis aos ruídos do tráfego, o que pode resultar em doenças cardiovasculares, estresse, problema de incomodidade e dificuldade em dormir, de acordo com Levy e Beaumont (2004). Logo, a mobilidade influenciando diretamente na vida dos habitantes da cidade e os bairros sendo pontos críticos de ruídos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada contribuiu para atestar que existem altos índices de ruídos em bairros centrais da cidade de Santarém, como é o caso do Aeroporto Velho e o Jardim Santarém. Destaca-se o pico das 18hrs, o qual apresentou o maior índice com 66,015 dB, em dias da semana e o menor quando analisado no dia de domingo contabilizando 62,475 dB. O pico de 12hrs foi maior em relação ao domingo com 63,75 dB, mas fora menor nos dias da semana (65.22 dB) se comparado ao outro horário. Portanto, são considerados

inadequados pela Organização Mundial da Saúde, cujo limite seria de 45 dB em horários noturnos e, de 53 dB durante o dia, relacionados ao tráfego de veículos.

**Palavras-chave:** Conforto Acústico, Ruídos, Mobilidade Urbana, Bairros, Santarém.

## REFERÊNCIAS

BRITO, Luiz Antonio Perrone Ferreira de. **A utilização de mapas acústicos como ferramenta de identificação do excesso de ruído em áreas urbanas.** Engenharia Sanitaria e Ambiental, [s.l.], v. 22, n. 6, p.1095-1107, 3 ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-41522017152589>>. Acesso em: mar. 2019

BRITO, Luiz Antonio Perrone Ferreira de; BARBOSA, Ana Carina dos Santos. **INCREMENTO DO NÍVEL DE RUÍDO NO MEIO URBANO DEVIDO ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE CAMPOS DO JORDÃO.** Tecno-lógica, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p.84-89, dez. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/tecnologica/article/view/4714/3710>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MELO, Ricardo Almeida de; PIMENTEL, Roberto Leal; SILVA, Wekisley Monteiro da. **PREVISÃO DO NÍVEL DE RUÍDO GERADO PELO TRÁFEGO DE VEÍCULOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, BRASIL.** In: XVI PANAM, 16., 2010, João Pessoa. Anais. Lisboa, Portugal: ..., 2010. p. 1 - 18. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/228884343\\_PREVISAO\\_DO\\_NIVEL\\_DE\\_RUIDO\\_GERADO\\_PELO\\_TRAFEGO\\_DE\\_VEICULOS\\_NA\\_CIDADE\\_DE\\_JOAO\\_PESSOA\\_BRASIL](https://www.researchgate.net/publication/228884343_PREVISAO_DO_NIVEL_DE_RUIDO_GERADO_PELO_TRAFEGO_DE_VEICULOS_NA_CIDADE_DE_JOAO_PESSOA_BRASIL)>. Acesso em: 04 abr. 2019.

NUNES, Maria Fernanda de Oliveira. **POLUIÇÃO SONORA EM CENTROS URBANOS: O RUÍDO DE TRÁFEGO VEICULAR.** Abepro, Cruz Alta, p.1-11, 1999. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999\\_A0068.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999_A0068.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

REIS, Gabriela Cacilda Godinho dos; ALMEIDA, Rodolfo Maduro. **CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA MALHA VIÁRIA URBANA DE SANTARÉM/PA UTILIZANDO MEDIDA DE CENTRALIDADE POR INTERMEDIÇÃO EM TEORIA DOS GRAFOS.** In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE MODELAGEM COMPUTACIONAL E IX ENCONTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATERIAIS, 21. 2018, Santarém. Anais. Búzios: Xxi Enmc e Ix Ectm, 2018. p. 1-10.

SANTARÉM. Lei nº 20.534, de 17 de dezembro de 2018. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA**. Santarém, PA. Disponível em: <[http://www.santarem.pa.gov.br/pagina.asp?id\\_pagina=86](http://www.santarem.pa.gov.br/pagina.asp?id_pagina=86)>. Acesso em: mar. 2019.

## **SEÇÃO 02 – DIREITO À CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS**

A seção “**Direito à cidade e movimentos sociais**” pretende criar um espaço de discussão sobre os processos de luta pela transformação do espaço diante das novas dinâmicas sociais e econômicas nas cidades da Amazônia. Entende-se que a resistência a essas novas dinâmicas é realizada por sujeitos coletivos da cidade e do campo, na conexão entre o urbano e o rural. Pretende-se 1) conhecer quem são esses sujeitos coletivos; 2) identificar o conteúdo do direito à cidade reivindicado 3) verificar quais são as ações sociais protagonizadas por esses sujeitos e 4) refletir sobre como a academia pode colaborar com os movimentos sociais na luta pelo direito à cidade. Nesse sentido, reflexões teóricas sobre o direito à cidade alicerçadas em experiências empíricas serão bem-vindas.

### **COORDENADORES:**

**Ana Beatriz Reis** – professora do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/UFOPA

**Rafael Zilio** – professor do curso de Geografia/UFOPA

**Sara Pereira** – FASE- Amazônia

## JUVENTUDE E O DIREITO À CIDADE EM SANTARÉM-PA: REFLEXÕES A PARTIR DOS RELATOS DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

*Lucimar Naiara dos Santos Alves<sup>1</sup>*

*Lorena Bastos<sup>2</sup>*

*Ana Beatriz Oliveira Reis<sup>3</sup>*

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a discutir sobre o direito à cidade em Santarém, a partir de relatos de estudantes secundaristas por meio da realização de cinco oficinas em escolas públicas. Trata-se de um recorte do Projeto de Extensão Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular, com ênfase no plano de trabalho “Educação jurídico-popular em direito à cidade nas escolas de Santarém-PA”, vinculado à Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O NAJUP CABANO é formado por professores e discentes da UFOPA que, coletivamente, realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo educação em Direitos Humanos. A concretização desse plano de trabalho foi possível somando as parcerias de atores sociais que operam em lutas diversas, mas reivindicam o direito à cidade em Santarém: UES, Fase Amazônia, Pastoral da Juventude, Projeto Sol e o grupo de pesquisa direito à cidade em Santarém.

O direito à cidade não é apenas um direito formal de acesso aos equipamentos urbanos, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, transformá-la de acordo com nossas necessidades coletivas e definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. “Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito” (HARVEY, 2013 *apud* SOUTO, 2019).

Nesse sentido, o direito à cidade para a juventude constitui-se de um elemento essencial para a concretização de direitos, além da sua contribuição plena referente ao exercício da cidadania e à participação social. Por isso, destacou-se as principais reivindicações sobre o direito à cidade em Santarém, advindos de relatos da juventude em cinco escolas da cidade. A luta pelo direito à cidade é uma possibilidade de que os jovens sejam protagonistas da construção de direitos, garantam a apropriação da cidade e em

---

<sup>1</sup>Bacharela em Direito pela UFOPA. [lucimarnaiara@gmail.com](mailto:lucimarnaiara@gmail.com)

<sup>2</sup>Discente do curso de Direito pela UFOPA [lorenabcosta@outlook.com](mailto:lorenabcosta@outlook.com)

<sup>3</sup>Professora de Direito da UFOPA. [reis.aboliveira@gmail.com](mailto:reis.aboliveira@gmail.com)

constante sintonia, reestruturem suas identidades e os fortaleçam enquanto sujeitos políticos.

Ressalta-se ainda que as oficinas não se limitam apenas às instituições de ensino citadas neste trabalho, mais visitas estão previstas em outras escolas de Santarém no âmbito do Projeto de Extensão. Por fim, são feitas as discussões com o intuito de estimular a autonomia e o conhecimento dos estudantes acerca do direito à cidade.

## **METODOLOGIA**

Para além das leituras bibliográficas, a metodologia insere-se na prática de assessoria jurídica popular como membros do Núcleo de Assessoria Jurídico Popular (NAJUP CABANO), em que foi possível interagir e refletir sobre o direito à cidade com os estudantes secundaristas.

Inclui-se, também, o método da observação participante mediante às oficinas sobre direito à cidade realizada em cinco escolas da rede pública de Santarém: Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão do Tapajós, Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Plácido de Castro, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rio Tapajós e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Aluízio Lopes Martins.

As oficinas consistiam em apresentar de forma lúdica os conceitos acerca do direito à cidade, para que fosse mais bem compreendido aos secundaristas. As escolas contempladas, a maioria, pertencentes ao terceiro ano de ensino médio.

**Quadro 1.** Escolas contempladas com a oficina sobre direito à cidade.

<b>Escolas Públicas</b>	<b>Data de realização das oficinas</b>	<b>Quantidades de estudantes atendidos</b>
<b>Barão do Tapajós</b>	12/03/2019	29
<b>Álvaro Adolfo da Silveira</b>	09/04/2019	14
<b>Plácido de Castro</b>	14/05/2019	38
<b>Rio Tapajós</b>	11/06/2019	35
<b>Aluízio Lopes Martins</b>	27/08/2019	22

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

As atividades ocorreram por meio de músicas regionais, produção de desenhos em cartazes que retratassem a cidade de acordo com as vivências de cada um, com apoio do mapa das zonas administrativas urbanas de Santarém e, também, eram disponibilizados materiais de apoio, como canetas, pincéis, cartazes e materiais impressos.

## **DISCUSSÕES**

Buscou-se a partir das experiências vivenciadas das atividades em escolas públicas na cidade de Santarém, dialogar com os estudantes secundaristas acerca do direito à cidade, indagando que esse direito se refere para além dos equipamentos urbanos e da infraestrutura, mas sim, conectá-los enquanto sujeitos políticos que reivindicam seus direitos, para fortalecer o exercício da cidadania, por intermédio da participação social para atuar em políticas públicas.

Sendo assim, para a juventude reivindicar esses direitos, é necessário estar ciente sobre quais são estes direitos. “E se a cidade fosse nossa?”, foi a pergunta norteadora das oficinas, no qual deu origem a uma série de discussões que levaram os jovens a refletirem acerca de suas limitações dentro dos espaços da cidade, condicionadas a partir da precariedade do transporte público, a falta de segurança nas ruas, a falta de espaços que contemplem a própria juventude, como praças e parques.

Em relação às experiências desses jovens com a cidade, enquanto espaços possíveis de pertencimento e apropriação dos lugares que ocupam ou, pelos menos, deveriam estar ocupando, vários temas foram apresentados e discutidos pelos estudantes secundaristas de modo geral.

Com um público na maioria das oficinas composto majoritariamente feminino, em uma relação de corpo e cidade, discutiu-se a falta de segurança para as mulheres, sobretudo as estudantes, tendo em vista que para elas uma rua escura ou terreno abandonado podem ser fatores determinantes para sua mobilidade. Uma vez que o medo principal é sofrer violência sexual, por isso, a reflexão delas pautou-se em discutir uma cidade realmente inclusiva e pensada para elas.

A dualidade da cidade também foi tema de discussão devido a concentração de equipamentos urbanos e políticas públicas estarem voltadas mais para a zona central do que para bairros mais afastados, limitando a população ao direito à mobilidade urbana, em usufruir das belezas naturais localizadas distantes do centro e, conseqüentemente, do lazer. Diante disso, percebe-se que há mais preocupação em “enfeitar” áreas centrais para,

em contrapartida, ter um capital mais avançado e valorizado, do que ter uma sociedade mais igualitária.

O tema saúde mobilizou os estudantes quando relatado a qualidade dos serviços prestados. A cidade de Santarém carece de políticas públicas eficazes para essa área, além de maior estrutura para o único Hospital Municipal que atende toda a região do Baixo Amazonas, no Oeste do Pará, acarretando superlotação e falta de atendimento.

A educação e o transporte público também foram destaque, pois um conecta o outro no que se refere ao direito de ir e vir dos estudantes. O valor da passagem, visto que Santarém possui a garantia um terço da passagem para estudantes, a precariedade dos coletivos e a demora nos pontos de ônibus são fatores angustiantes para a juventude santarena.

O direito à moradia foi argumentado, praticamente, em todas as escolas onde as oficinas foram realizadas, o enfoque entre o interesse privado e pelo capital emergiu questionamentos. Foi destacado sobre as ocupações urbanas existentes na cidade, tendo como referência maior, a Ocupação Vista Alegre do Juá, destacando-se a legitimidade da luta por moradia e o bairro Residencial Salvação, com o conseqüente desmatamento da área para a implementação do projeto e as casas entregues sem a devida política pública de moradia efetiva, pois há precariedade no espaço.

A diversidade de ideias e de significação dos espaços da cidade foram bastantes variados entre os estudantes, mostrando-se o quanto é necessário se pensar que em uma sociedade justa e democrática para grupos tão diversificados - jovens negros, indígenas, mulheres, jovens brancos, jovens homossexuais, lésbicas, travestis e etc. – que possuem diferentes possibilidades de apropriação dos espaços públicos, dos equipamentos públicos e das cidades.

## **CONSIDERAÇÕES**

Conclui-se, portanto, que a cidade de Santarém mesmo em constante mudança, assim como qualquer outra, seja no que diz respeito ao aumento da população, às formas de desenvolvimento ou congêneres, ainda reflete um território limitado em vários aspectos, como na saúde, educação, lazer e moradia.

Historicamente, a cidade vem de um processo de ocupação muito delicado em virtude de um crescimento desordenado das cidades na Amazônia e a falta de planejamento urbano, provocando constantes conflitos em relação na luta pelo território,

o reflexo da priorização da propriedade privada, dentre outros, a consequência é uma cidade resultante de apropriação excludente e desigual.

A este fato atribui-se as experiências do direito à cidade tão presente na vida cotidiana desses estudantes e apesar de que se notassem falas ainda em processo de construção, os jovens mostraram-se suficientemente consciente do seu papel como sujeitos de direito para atuar de forma transformadora nos espaços que ocupam. Dessa forma, a juventude aqui retratada apresentou um sentimento de pertencimento à cidade, que reivindica os seus direitos de forma plural e emancipatória, apontando desafios para o exercício do direito à cidade.

**Palavras-chave:** direito à cidade; secundaristas; Santarém; sujeitos políticos; juventude.

## REFERÊNCIAS

MARICATO, Hermínia. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**/Ermínia Maricato... [et al]. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. **Expansão urbana e periferização de santarém-pa, brasil: questões para o planejamento urbano**. In: diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008. p. 1 - 10.

RIBAS, Luiz Otávio. **Assessoria jurídica popular universitária**. Captura Crítica: direito, política e atualidade. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 246-254, jul./dez. 2008.

SOUTO, Anna Luiza Salles. **Segregação socioterritorial, juventude e direito à cidade**. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/ARTIGO.pdf>. Acesso em: 24 out 2019.

TEIXEIRA, Maria Antonieta; RESENDE, Damião. **Direito e cidadania. Juventude e o direito à cidade**. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/direitoecidadania/article/view/2935/1633>>. Acesso em: 24 out 2019.

## II CARAVANA EM DEFESA DO RIO TAPAJÓS: UMA RESISTÊNCIA AMBIENTALISTA PELA SOBERANIA DA VIDA

*Lindon Johnson Pontes Portela<sup>1</sup>*

*Alice de Matos Soares<sup>2</sup>*

*Raimundo Carlos Ferreira Alves<sup>3</sup>*

### INTRODUÇÃO

O Movimento Tapajós Vivo - MTV existe desde 2009 sediado em Santarém-PA, foi articulado com o objetivo de ser um movimento popular que se contrapõe ao ideal neoliberal, desenvolvimentista do setor energético e de infraestrutura do Governo Federal de implantar mais de 80 hidrelétricas e, somente na região do Tapajós, poderão construir 07 usinas, onde uma das maiores deverá ser São Luís do Tapajós, portanto, o MTV Luta em defesa da soberania dos povos da Amazônia, pela vida no rio Tapajós e direitos das populações tradicionais, todos contra a construção do complexo hidrelétrico do Tapajós.

Pensando nisso, aconteceu nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2016, na cidade de Itaituba – PA a II Caravana em Defesa do Rio Tapajós, saindo do Baixo Tapajós (Santarém) ao Médio Tapajós (Itaituba), o objetivo do evento foi dar voz aos vários grupos de resistência para unificar forças em defesa dos povos do Rio Tapajós, juntando por volta de 1200 pessoas, entre eles participantes da sociedade civil, ONGs, pesquisadores, indígenas, ativistas, militantes e outros.

Para Silva & Ruskowski (2016), ser militante é demandar do seu tempo por um objetivo coletivo, assim sendo, o ativismo é uma participação sociopolítica de um engajamento que transcende o ativismo individualizado para um plano com atores sociais e culturais. Fazer parte da equipe de militantes do MTV é se fazer útil, usando seu conhecimento e sua experiência para o bem viver.

### RELATO DE EXPERIÊNCIA

Nos três dias de evento da II Caravana em defesa do rio Tapajós intitulada: “Seus povos e sua cultura”. Reuniu pescadores, barqueiros, garimpeiros, indígenas agricultores, extrativistas trabalhadores rurais e urbanos, que compõem os povos do Tapajós, pretenderam, em conjunto, debater e expressar suas próprias necessidades e demandas de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). [lindon.johnson.narutero@gmail.com](mailto:lindon.johnson.narutero@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

desenvolvimento, que incluem saúde, educação, cultura e uma relação sustentável com o meio ambiente. Um dos debates centrais foram os empreendimentos previstos para a bacia do Tapajós, uma série de projetos hidrelétricos, portos, hidrovias e de mineração, que por vezes se constituem em ameaças a essas populações, que dependem dos recursos naturais, dos ciclos da água e do equilíbrio socioambiental para sobreviver.

A segunda caravana não teve foco apenas nas hidrelétricas, mas em todas os projetos e perigos para a bacia e nas conquistas que os povos do Tapajós tiveram nesses últimos anos. Com populações em lutas há muito tempo, com maturidade para dizer o que não querem e de que ajuda necessitam para a promoção de seu direito como ser humano. Para Marx (2011, p. 23): *“os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”*. Ou seja, os homens individualmente não são responsáveis pelo motor da História, mas este é movido pela luta entre as classes, que fazem as transformações importantes.

Um dos atos políticos mais relevantes dos debates, que aconteceram no auditório Wilson Fonseca, no Campus Rondon da Universidade Federal do Oeste do Pará, foi a assinatura de uma carta que será enviada ao Papa Francisco, no Vaticano, para que visite a Bacia do Tapajós em 2017. Entre os presentes estavam o procurador regional da República, Felício Pontes Júnior e Antônia Melo, a maior liderança do movimento Xingu Vivo contra a obra da usina hidrelétrica de Belo Monte. Em declaração à Amazônia Real, ela disse que sua contribuição e do movimento Xingu Vivo à Caravana do Tapajós foi levar a experiência negativa da construção de hidrelétricas nos rios da Amazônia. De fato, é necessário passar para os demais povos a experiência dos impactos das barragens. Antônia Melo foi uma das moradoras do município de Altamira que perderam sua casa para Belo Monte. No dia 28, foi encerrado com uma festa na orla da cidade e com um abraço simbólico nas águas do rio Tapajós.

A realização da II caravana foi um marco no sentido de organização de defesa, pelo direito rural e da cidade, onde atores sociais legítimos se apropriem de novos conhecimentos para unificar as lutas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como argumenta Freire (1987), em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, menciona a Práxis como uma ação-reflexão-ação verdadeiramente crítica e transformadora de realidades sociais, uma atividade realizada sem práxis, não tem sentido de criação, pois

para a modificação libertária de um sistema de opressões ela implica como agente chave. Ainda para ele, os seres humanos munidos dessa ação terão poder de mudar as realidades não apenas no contexto escolar, mas em toda a sociedade, produzindo as instituições sociais, suas opiniões, seus conhecimentos. Nesse sentido, a II caravana alcançou uma ação praxista, de reflexão sobre as causas sociais e ambientais na região, procurando por uma oportunidade de serem ouvidos, como povo amazônico e militante da sua causa.

**Palavras-chave:** Defesa; Tapajós Vivo; População; Amazônia.

## **REFERÊNCIAS**

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl, 1818-1883 **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Macelo. Kunrath.; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 187-226, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162106>

# RESISTÊNCIA COLETIVA: UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS ARAPIUNS

*Sara Silva dos Santos<sup>1</sup>*

*Clara Laís Chagas da Silva<sup>2</sup>*

*Anissa Vitória de Farias Jati<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

O movimento social é definido como uma resistência coletiva perante a exclusão de determinados grupos dentro da sociedade. Desta forma, o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), criado em 23 de maio de 2000, representando uma luta organizada dos povos Tupaiú, Apiaka, Arapium, Arara Vermelha, Borari, Cara-Preta, Cumaruara, Mundurucu, Maytapú, Jaraqui, Tapajó, Tupinambá e Tapuia, tem como propósito preservar e reforçar os direitos indígenas e, também, os direitos constados na Constituição do Brasil de 1988 no Art. 231 e seus parágrafos, no título VIII da Ordem Social, no capítulo VIII dos Índios. Assim, o contexto em que surge o CITA, baseia-se em anos de exploração, preconceito, busca por reconhecimento territorial e cultural, fortalecendo a integração dos povos em busca dos direitos coletivos. Portanto, o objetivo do trabalho consiste em apresentar a importância do movimento social indígena na luta por visibilidade e a reivindicação de suas prerrogativas.

## METODOLOGIA

O método utilizado para a realização do trabalho foi qualitativo, expondo as ideias e conceitos acerca do tema. Para obtenção de dados necessários, foi empregada uma pesquisa exploratória, com o intuito de compreender a estrutura do movimento, aplicando as fontes de pesquisas terciárias, em artigos e dados online. Apresentando como objetivo específico, o desenvolvimento do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns, desde sua trajetória histórica até o momento atual, especificando sua estrutura organizacional e suas ações.

## DISCUSSÕES

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. [santos97sara@gmail.com](mailto:santos97sara@gmail.com)

<sup>2</sup> Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. [chagaslais072@gmail.com](mailto:chagaslais072@gmail.com)

<sup>3</sup> Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. [anissavitoria08@gmail.com](mailto:anissavitoria08@gmail.com)

O Brasil é um país com uma história horrenda acerca de sua colonização, onde os que mais padeceram foram os povos indígenas, com uma carga histórica de invisibilidade e sofrimento até os dias atuais. Estudos apontam que antes da chegada dos Europeus, o Brasil era habitado por aproximadamente 5 milhões de indígenas, divididos em variadas tribos e possuindo uma grande variabilidade linguística. A chegada dos portugueses no Brasil deu-se em 1500, com o envio de expedições para um reconhecimento territorial e a construção de entrepostos para ser utilizado na exploração do pau-brasil, material valiosíssimo para a Europa, empregado para tinturas e construção de móveis e instrumentos devido a sua madeira ser resistente, já o processo de colonização se deu em 1530, resultando em uma catástrofe, milhões de mortes, devido aos conflitos armados, as doenças trazidas pelos colonizadores e a grande extorsão da força de trabalho. Todavia, não eram afetados só os povos que habitavam o litoral, pois com a introdução das expedições bandeirinhas, com o intuito de capturar indígenas, escravizados fugitivos e a procura de metais preciosos, começou-se o reconhecimento dos sertões brasileiros, gerando mais conflitos e mortes.

Desta forma, os povos indígenas trazem consigo uma perda étnico cultural, que foi induzida pela supremacia branca, refletindo até os dias atuais. A luta do movimento indígena começou em 1970, devido a expansão desenvolvimentista realizada no período da ditadura militar, que visava a unificação do país e a proteção contra a internacionalização do território amazônico, com a elaboração de projetos, como a rodovia Transamazônica, a BR 010 - Belém-Brasília e o esboço da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, gerando um impacto ambiental de aproximadamente 14 milhões de hectares, afetando profundamente a vida dos povos indígenas. Assim, surge de maneira organizada a atuação dos indígenas no cenário político, participando de assembleias no Congresso Nacional em 1974, dando ao movimento visibilidade e participação na Constituição de 1988. Com o crescimento da representatividade, surge em 2000 o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA para evidenciar as aldeias do Baixo Tapajós, defendendo a identidade cultural visando a integração no âmbito político. A sua estrutura interna é composta por uma coordenação, escolhida em assembleia geral contando com a presença dos representantes dos treze povos, após a escolha da direção, a atuação perdura por dois anos, ademais, durante o mandato é de extrema importância que haja a participação em eventos que retratem ações que afetam diretamente ou indiretamente os povos do Baixo

Tapajós, além de buscar parcerias com outros movimentos sociais, como o Movimento Quilombola.

Ao falar de movimentos sociais, mais precisamente sobre o grupo indígena, nos é remetido ao modo de vida do bem viver, sendo um mecanismo dos povos tradicionais para preservarem sua cultura cada dia mais ameaçada pela modernidade. A conjuntura desse modo de vida é o desenvolvimento, considerando a natureza como um sujeito de direitos, dessa forma, para respeitar o meio ambiente como indivíduo, os indígenas realizam ações voltadas para a sua concretização, como mencionado por Acosta (2016, p.71) “O conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual em relação ao entorno, os valores humanos, a visão de futuro, entre outros”.

Diante do cenário atual que recusa a diversidade cultural, traz projetos que não condizem com a realidade do território e ignoram os direitos da natureza. O Bem Viver se apresenta como a melhor alternativa para um futuro com a colaboração coletiva, ao transformar os espaços urbanos prezando pelo bem-estar do ambiente, defendendo a pluralidade sociocultural e assegurando as atribuições de todos os sujeitos de direito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, pudemos observar que a luta por direitos é relativamente nova na região, mas já conseguiu notórias conquistas, como o ingresso no meio acadêmico por meio do Processo seletivo indígena (PSEI), além disso, possuem um Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) que os ajuda a desempenhar na universidade a produção de conhecimento sem abrir mão de suas raízes culturais. É visível que o papel da faculdade no movimento social é dar visibilidade e contribuir através do PSEI e do Programa de Bolsa Permanência, a consolidação da pluralidade dentro do âmbito acadêmico.

Tendo em vista esse cenário, o movimento se apresenta como uma forma de resistência dos treze povos que representa, frente ao descaso do governo quanto às solicitações exigidas pelo movimento na busca de fazer valer suas garantias.

**Palavras-chave:** CITA; movimento indígena; identidade cultural.

## **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

**BBC. Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia.** Disponível em: <

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722\\_amazonia\\_timeline\\_fbdt](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbdt)>.

Acessado em 23 de outubro de 2019.

**CITA. Informações sobre o CITA.** Disponível em: <

<http://citastm.blogspot.com/2010/05/informacoes-sobre-o-cita.html?m=1>>. Acessado

em 23 de outubro de 2019.

**CUNHA, Carolina. O indígena no Brasil - Uma luta histórica para existir.** Uol.

Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/o-indigena-no-brasil-uma-luta-historica-para-existir.htm>>. Acessado em 23 de outubro de

2019.

**HISTÓRIA DO BRASIL. Colonização do Brasil - resumo, história, características.**

Disponível em: <[https://www.historiadobrasil.net/resumos/colonizacao\\_brasil.htm](https://www.historiadobrasil.net/resumos/colonizacao_brasil.htm)>.

Acessado em 23 de outubro de 2019.

**SÓ HISTÓRIA. Os índios no Brasil.** Disponível em:

<<https://www.sohistoria.com.br/ef2/indios/>>. Acessado em 23 de outubro de 2019.

**UNB CIÊNCIA. Pesquisa recupera história do movimento indígena no Brasil.**

Disponível em: <<https://www.unbciencia.unb.br/humanidades/94-historia/280-pesquisa-recupera-historia-do-movimento-indigena-no-brasil>>. Acessado em 23 de outubro de

2019.

## **SEÇÃO 03 – DIREITO À CIDADE, À MORADIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Direito à cidade, moradia popular, políticas públicas, moradia no PAC, Minha Casa Minha Vida, programas municipais de habitação e de beneficiários da Reforma Agrária, grandes projetos e expropriação, Plano Diretor da Cidade e conflitos de interesses.

### **COORDENAÇÃO:**

**Edilberto Sena** – Movimento Tapajós Vivo e Comissão de Justiça e Paz

**Rogério Almeida** – professor do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/UFOPA

**Socorro Pena** - professora do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/UFOPA

# DIREITO À MORADIA ADEQUADA E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS EM SANTARÉM/PA

*Lucimar Naiara dos Santos Alves<sup>1</sup>*

*Emylle Nayara Maia da Silva Gomes<sup>2</sup>*

*Ketrin da Silva Balieiro<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Mediante análise da construção histórica do modelo proprietário moderno vs. a função social da propriedade e suas repercussões nos processos de apropriação na Amazônia, realizou-se um recorte voltado para o direito à moradia e a função social da propriedade, com ênfase nas políticas públicas habitacionais.

A inquietude do presente ensaio foi primordial para a escolha do recorte, porque se trata de um direito fundamental (direito à moradia) pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e sacramentado pela Constituição Federal de 1988, no âmbito do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Norteados pela problemática da pesquisa buscou-se entender: as políticas públicas existentes atendem de forma efetiva o direito à moradia? Dessa forma, tem-se como objetivo geral analisar as políticas habitacionais voltadas para esse direito em Santarém/PA. E, especificamente, buscou compreender o processo de ocupação e o direito à moradia na Amazônia e contextualizar o exercício do direito à moradia na cidade e as políticas públicas implementadas.

O direito à moradia, nos dizeres de Osório (2014), consta que toda pessoa necessita de um lar para morar, não sendo esse ambiente meramente estrutural, mas um espaço que vai além de uma habitação atendendo a dignidade da pessoa, a liberdade e os direitos.

Para Rangel e Silva (2009) “não se pode tratar da função social da propriedade sem mencionar a função social da cidade. A população brasileira é eminentemente urbana e nela que os atores sociais habitam”. Logo, para concretizar o direito à moradia adequada, as políticas públicas habitacionais são essenciais e, para isso, necessita-se

---

<sup>1</sup> Bacharela em Direito pela UFOPA. [lucimarnaiara@gmail.com](mailto:lucimarnaiara@gmail.com)

<sup>2</sup> Discente do curso de Direito da UFOPA. [emyllemaias@gmail.com](mailto:emyllemaias@gmail.com)

<sup>3</sup> Discente do curso de Direito da UFOPA. [ketrin.balieiro@gmail.com](mailto:ketrin.balieiro@gmail.com)

entender as peculiaridades de cada região, especialmente, na região amazônica, da cidade de Santarém, objeto do presente trabalho.

## **METODOLOGIA**

Para a concretização deste artigo, o método utilizado na pesquisa foi de revisão bibliográfica, enfatizando os aportes teóricos em relação ao direito à moradia e a compreensão da temática voltada para a realidade amazônica, sobretudo, a relevância do recorte para a cidade de Santarém/PA. Além disso, foram realizados levantamentos da pesquisa em doutrinas, sítios e documentos eletrônicos.

A partir do código civil brasileiro de 2002 e a função social da propriedade na constituição federal de 1988, buscou nesse viés apresentar os principais institutos, leis, entendimentos doutrinários, posicionamento do Supremo Tribunal Federal e compreender a sistemática dando enfoque na função social da propriedade.

Com a devida importância de compreender o direito à moradia na Amazônia e o processo de ocupação da cidade de Santarém, foi possível identificar relevantes características do município de Santarém/PA e a dinâmica da cidade, além de uma análise teórica do Residencial Salvação e o “Programa Minha Casa Minha Vida”.

## **DISCUSSÕES**

O processo de ocupação na Amazônia e o direito à moradia e, conseqüentemente, as políticas públicas implementadas, decorrem de um processo socioespacial de urbanização estabelecido de forma desigual e desencadeados pela forma, na divisão territorial do trabalho, o capital e seus agentes atuam nos espaços regionais.

A criação e execução das políticas públicas têm como objetivo a materialização da vontade constitucional, promovendo os direitos decorrentes da vontade do constituinte conectando-se à concretização dos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos, principalmente os da ordem social, dentre os quais está o direito à moradia. (GRAU, 2001 apud FILHO, 2019).

As principais políticas habitacionais efetivadas no país, a saber: Programa Minha Casa Minha Vida, a Regularização Fundiária-Lei 11.977/2009, a concessão de uso para fins de moradia e a desapropriação por interesse social. Assim, em nosso ordenamento jurídico há uma extensa proteção da propriedade, seja referente aos interesses individuais do proprietário, ou no que diz respeito à proteção dos direitos da coletividade, o que também expressa muito bem o conteúdo de sua função social, art. 186/CR88. Já o art.

1.228 do Código Civil proíbe o uso de forma abusiva da propriedade, afastando o individualismo, devendo a propriedade ser utilizada para o bem comum.

É importante distinguir direito à moradia do direito de propriedade (e do direito à propriedade), muito embora a evidência de que a propriedade possa servir também de moradia ao seu titular e que, para além disso, a moradia acaba, por disposição constitucional expressa e em determinadas circunstâncias, assumindo a condição de pressuposto para a aquisição do domínio (exemplo, a usucapião especial constitucional), atuando, ainda, como elemento indicativo da aplicação da função social da propriedade (SARLET, p. 20).

A cidade de Santarém é a terceira maior do estado do Pará, sua população estima-se em 302. 667 mil habitantes (dados do IBGE, 2018), localiza-se na confluência dos rios Tapajós com o Amazonas, entre duas grandes cidades da região Norte, Belém e Manaus. A cidade é uma das mais antigas da região amazônica no que se refere ao seu centro urbano financeiro, comercial e cultural. Atualmente, é sede da recém-criada região metropolitana, composta também pelos municípios de Mojuí dos Campos e Belterra.

Exemplificando a política pública habitacional de direito à moradia em Santarém, tem-se o Plano Diretor (PD), disposto no art. 182, §1º, da CR/1988. Em Santarém o PD foi criado sob a Lei n.º 18.051/2006, o qual passou por um processo de revisão em 2017 e aprovado o projeto de lei n.º 189, em 11 de dezembro de 2018.

Não obstante, a cidade de Santarém, advinda de consequências históricas do crescimento desordenado das cidades na Amazônia e a falta de planejamento urbano, em que muitos bairros, hoje já consagrados, surgiram de ocupações urbanas, por exemplo, tem-se a maior, denominada Ocupação Vista Alegre do Juá, situada na Avenida Engenheiro Fernando Guilhon, onde residem, hodiernamente, mais de 3 mil famílias, sendo o terreno objeto de disputas judiciais entre os ocupantes e uma empresa que se reivindica proprietária.

As políticas públicas habitacionais estão presentes em todas as esferas do governo, portanto, no Município de Santarém são contempladas algumas, como: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo em um dos critérios dessa política, a habitação. Há também o aluguel social presente em alguns bairros da cidade: Uruará, Nova República e Mapiri, atualmente, existe a mais expressiva das políticas de moradia na cidade: o Programa Minha Casa Minha Vida, com a entrega de 3.081 unidades habitacionais direcionadas à população de baixa renda, localizado no bairro Salvação.

Ainda, referente ao programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, está previsto mais um empreendimento, na verdade, já iniciaram a construção dos apartamentos no Residencial Moaçara I e Moaçara II, passando, hoje, pelo cadastro das famílias, sendo necessário preencher requisitos para a contemplação.

O Residencial Moaçara I e II é um empreendimento habitacional localizado na Avenida Moaçara, no bairro Aeroporto Velho. É composto por 1.408 unidades habitacionais (apartamento), com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, sistema de aquecimento de água, sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, além da área externa em 48 blocos no Residencial I e 40 blocos no Residencial II, dispostos em quatro andares (G1 Santarém e região, 2019).

Nesse sentido, ainda que existentes na cidade tais políticas habitacionais, os dados disponíveis não apontam de forma satisfatória a situação quanto ao déficit habitacional no Município de Santarém. No ano de 2010 o déficit correspondia a um número de 28.808 famílias, de acordo com Plano de Habitação de Interesse Social do município.

Conforme estimativas do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social (CMHIS) de Santarém, em 2012, a Prefeitura Municipal contabilizou 12 mil famílias sem casa própria e, no ano de 2016, os números cresceram para 30 mil famílias, segundo os movimentos sociais. Os problemas enfrentados no Município é o déficit habitacional de direito à moradia, mesmo com a inclusão em programas sociais, como já mencionado, o PMCMV, objeto da seguinte análise.

O Bairro residencial Salvação, entregue em 2016, localizado na Rodovia Fernando Guilhon, eixo de expansão urbana do município, foi construído em uma área localizada na Zona Especial de Interesse Social (SANTOS, 2017). No âmbito do programa implementado em 2010, entregue pela presidenta Dilma Roussef, foram construídas 3.081 unidades habitacionais, abrigando, aproximadamente, 15 mil pessoas com renda familiar de até R\$ 1,8 mil.

As unidades habitacionais possuem 42m<sup>2</sup> divididas entre dois quartos, sala, cozinha, banheiro e os terrenos que medem 10m x 20m. As casas também contam com um sistema de aquecimento de água. No empreendimento constituído haviam dezoito projetos para serem entregues juntamente com as casas: academia para jovens, duas academias para idosos, pista de skate, praça infantil, quadra poliesportiva, CRAS e centro comunitário, praça do idoso, praça digital, malocção infantil, escola (uma municipal e outra estadual), creche, ginásio, mercado público, malocção para jovens, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e anfiteatro (ALVES, BASTOS, 2017).

De acordo com a Presidenta da associação, Sra. Rosineide Fernandes, o Residencial Salvação carece de políticas públicas e equipamentos urbanos, portanto, após a entrega das casas pelo Governo Federal, o Poder Municipal pouco investe na educação, saúde, lazer e qualidade de vida (ALVES, BASTOS, 2018).

Para além da falta de efetivação da política pública, o Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de Santarém, entrevistado em novembro de 2016, o modelo do Minha Casa Minha Vida é pensado para a realidade do Sul e Sudeste do país, a exemplo dos aquecedores de água instalados. (SANTOS, 2017).

Pode-se argumentar que a efetivação da referida política pública habitacional não traz satisfação de moradia adequada às pessoas habitantes do local, visto que inexistiu/inexiste a interação entre o Governo Federal e Governo Municipal na entrega das casas para a concretização da moradia digna.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destarte, a organização do espaço, hoje, em Santarém, caracteriza-se por uma divisão socioeconômica do espaço bastante definida e que as políticas existentes são insuficientes ou não atendem de maneira eficaz o direito à moradia o qual se sobrepõe ao direito de propriedade.

As políticas públicas de direito à moradia, ainda se encontram conectadas ao aspecto de interesse privado sobre a propriedade, tal como foi elucidado no decorrer do presente artigo quando analisado o caso do Residencial Salvação, em que as pessoas contempladas com a casa, mesmo pagando pela habitação, não possuem o direito à moradia adequada.

Verificou-se também que as políticas públicas nacionais ainda estão distantes da realidade do município de Santarém, embora elas tenham tido significativa importância. Mas, sua efetividade se torna bastante desequilibrada em comparação ao restante do país, em especial, o Sudeste quando se observa que estas foram elaboradas sem considerar as peculiaridades da região amazônica.

**Palavras-chave:** Direito à moradia; Políticas Públicas Habitacionais; Santarém; Função Social da Propriedade.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Marcélia Ferreira de. **O direito de propriedade versus a função social da propriedade**. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/66855/o-direito-de-propriedade-versus-a-funcao-social-da-propriedade>>. Acesso em: 23 out 2019.

ALVES, Lucimar; BALIEIRO, Ketrin; BASTOS, Lorena; REIS, Ana Beatriz. O DIREITO À MORADIA ADEQUADA E O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHAVIDA”: O CASO DO RESIDENCIAL SALVAÇÃO NA CIDADE DE SANTARÉM-PA.

**BRASIL**. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

**BRASIL**, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 26 out 2019.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jul. 2001.

OSORIO, Letícia Marques. **O direito à moradia como direito humano**. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Fórum, 2014. P. 39-68.

SANTOS, Beatriz Abreu dos. **As políticas de habitação e urbanização diante da mudança do clima: estudo da vulnerabilidade e da adaptação em Santarém - Pará**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 147.

## **SEÇÃO 04 – DIREITO À CIDADE E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO**

A seção “**Direito à cidade e a crítica ao desenvolvimento**” se propõe a refletir sobre as diversas formas de relação entre a sociedade, o ser humano e o meio natural urbano, explorando tanto os conflitos pela apropriação dos recursos naturais, como também as diversas formas de interação harmônica entre a sociedade e a paisagem natural urbana; e partilhar vivências que suscitem novas oportunidades para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e em harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo. Nesse processo, também abrimos espaços para pensar criticamente processos de desenvolvimento que estejam de acordo ou desacordo com propostas transformadoras das relações econômicas e socioambientais no meio urbano.

### **COORDENAÇÃO**

**Andréa Simone Rente Leão** - professora do curso de Ciências Econômicas/ UFOPA

**Giselle Alves** - professora do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/UFOPA

**Thiago Rocha** – FASE Amazônia e Pastoral da Juventude.

## ESTUDO SOBRE O PROJETO DO PORTO DO MAICÁ E DIREITO À CIDADE

*Fabiana Letícia Costa de Sousa<sup>1</sup>*

*Jenna Valéria Santos de Sousa<sup>2</sup>*

*Poliana Nunes Santana<sup>3</sup>*

### INTRODUÇÃO

A região do Lago do Maicá está localizada no lado leste do município de Santarém, com cerca de 400 famílias quilombolas, indígenas e pescadores. A área conta com uma grande biodiversidade. A relação da sociedade e o meio ambiente se dá através da utilização dos recursos disponíveis para a pesca, a agricultura, a coleta e a produção artesanal, são estas atividades que proporcionam a subsistência das comunidades tradicionais. A problemática encontra-se na modificação da dinâmica territorial que a construção do Porto do Maicá trará para a região. Pois, de que maneira a implantação do porto, pode impactar sobre o direito à vida, à saúde, ao bem-estar, etc. na cidade de Santarém? O empreendimento é a execução de um projeto que visa o escoamento de soja, com o intuito de expandir o agronegócio. Nos últimos anos, principalmente, depois da instalação do Porto da Cargill, considerando as especificidades da região, gerou-se interesse para a construção de outros portos. O objetivo deste trabalho é apresentar a realidade dos moradores das áreas próximas ao Porto do Maicá, relacionada a esse processo de implementação. Serão consideradas as diversas relações sociais, culturais e econômicas existentes na região.

### METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisas exploratórias, em que foram realizados estudos bibliográficos para a sua fundamentação. E, ainda, foram assistidos seminários quanto à temática.

### DISCUSSÕES

Sabe-se que o perfil da economia do Brasil, desde sua colonização, é a exportação de produtos primários. Segundo Leão (2018, p.10), “O Brasil seguia [...] como um país

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Gestão Pública e desenvolvimento regional. [fabiana.lcs23@outlook.com](mailto:fabiana.lcs23@outlook.com)

<sup>2</sup> Discente do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. [jennavaleira.ss@icloud.com](mailto:jennavaleira.ss@icloud.com)

<sup>3</sup>Discente do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. [polly.nunes123@gmail.com](mailto:polly.nunes123@gmail.com)

dependente dos produtos industrializados e exportador de produtos advindos do setor primário, cujos preços estavam abaixo dos produtos industrializados”. Na Amazônia, ao longo das décadas, isso pôde ser visto através de seus vários ciclos econômicos, como o das drogas do sertão, do cacau, da borracha, etc., que eram exportados por esse setor. É do conhecimento geral, ainda, que a construção de um empreendimento como o Porto do Maicá, possui o intuito de escoar as commodities produzidas.

De acordo com Bresser-Pereira (2007, p.12),

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico que ocorre no quadro da revolução capitalista, relacionado, de um lado, com o surgimento das nações e a formação dos Estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital[...]

E, ainda, de acordo com Souza (2012, p.05),

Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

Essa construção, portanto, relaciona-se às discussões dos autores. Pois o ideal de desenvolvimento econômico quanto industrialização é aquele difundido como progresso à população santarena. Os recursos ambientais disponíveis como o fluxo da água, a fauna endêmica da região, o cotidiano dos moradores, por exemplo, aqueles que dependem da pesca como fonte de renda, o artesanato, a produção agrícola e familiar, serão afetados de forma inexorável. Esse empreendimento está se consolidando devido às principais características específicas para a sua implementação, tendo em vista que as vias fluviais se tornarão o principal meio de saída de grãos do centro do país para o atlântico. Esta peculiaridade o beneficia somente, desfavorecendo os povos tradicionais, assim como os demais moradores da cidade de Santarém.

Em conformidade com o relatório técnico da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), foram encontradas falhas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), referente às áreas de influências diretas e indiretas e às áreas diretamente afetadas. Quanto às áreas de influência direta, foi visto que a qualidade dos recursos naturais sofrerá mudanças, afetando, por conseguinte, sua qualidade. Quanto às áreas de influência indireta, são abrangidos os meios físicos bióticos e socioeconômico, que poderão ser afetados pela influência direta. Quanto às áreas diretamente afetadas, serão onde a estrutura do empreendimento será comportada.

De acordo com o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A partir desse estudo, portanto, percebeu-se a violação aos direitos dos povos tradicionais. Porque estes serão remanejados para o centro urbano e isso, conseqüentemente, acarretará mudanças no cotidiano, sendo em seus modos de criar, fazer e viver, de expressão, de criação e etc. Visto que, esse projeto está localizado exatamente na área que as comunidades vivem. Sabe-se, essa não é a primeira vez que um empreendimento de grande porte é implementado no estado do Pará. Podem ser citados exemplos como as hidrelétricas de Belo Monte e de Teles Pires, o porto da Cargill, entre outros. E a instalação dessas entidades, causaram danos irreversíveis, tanto para a população quanto para a fauna e flora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, é visível como o Brasil segue em uma linha de exportação primária. E, ainda, percebe-se a necessidade de estudos referentes ao assunto proposto. Porque, infelizmente, o ideal de desenvolvimento propagado à população é aquele industrial, com promessas de “progresso” e “melhoria de vida”, em que se considera o acúmulo de capital, por parte daqueles com maior poder aquisitivo. Contudo, na realidade, isso não ocorre. E a população afetada, sendo povos tradicionais, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros, sofrem com fortes conseqüências.

**Palavras-chave:** desenvolvimento; povos tradicionais; porto do Maicá; impactos; Pará.

## **REFERÊNCIAS**

ARCO, Diego. **As comunidades quilombolas de Santarém/PA e o Porto de Maicá: os efeitos sociais de um empreendimento anunciado.** Niterói, 2017. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6894/1/TCC%20Final%20%281%29.pdf> > Acesso em: 26 de outubro de 2019.

BARBOSA, Bob. **Porto da Embraps causa embate entre produtores de soja e comunidades de Santarém (PA)**. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/21/porto-da-embraps-causa-embate-entre-produtores-de-soja-e-comunidades-de-santarem-pa/> > Acesso em: 26 de outubro de 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Edição de 2007. p. 11-12.

EM SANTARÉM, projeto de porto da Embraps ameaça Lago do Maicá. **Amazônia Latitude**. Disponível em: < <https://amazonialatitude.com/2019/03/12/projeto-de-porto-da-embraps-ameaca-meio-ambiente-e-povos-tradicionais-do-lago-do-maica/> > Acesso em: 26 de outubro de 2019

LEÃO, Andrea Simone Rente. **Do Desenvolvimento econômico ao Nacional-Desenvolvimetismo Brasileiro: uma retrospectiva conceitual**. Santarém, Edição de 2018. p.10.

LEGISLAÇÃO. **Quilombos Wordpress**. Disponível em: < <https://quilombos.wordpress.com/legislacao/> > Acesso em: 26 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, Cristiane. **Povos Indígenas: conheça os direitos previstos na Constituição**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao> > Acesso em: 26 de outubro de 2019.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 06º Edição. São Paulo: Atlas, 2012. p.05.

UFOPA. **RELATÓRIO técnico**. Pará, 2018. p. 05-06. Disponível em: < <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/16442e57019100334b689db1d21e93fb.pdf> > Acesso em: 26 de outubro de 2019.

## **SEÇÃO 05 – DIREITO À CIDADE E TERRITORIALIDADES**

A proposta apresentada pela seção 05 “**Direito à cidade e territorialidades**” objetiva discutir como se dá as formas de usos, apropriação e a representação das cidades na Amazônia por seus diferentes agentes, pois as cidades vêm se tornando alvo do processo de segregação socioespacial que se cristaliza por meio da mercantilização e da privatização dos direitos dos cidadãos ao uso à cidade e às territorialidades. As cidades da/na Amazônia vêm se tornando gradativamente espaços de acúmulo de tempos desiguais, em virtude da expansão das relações capitalistas de produção promover mudanças nas territorialidades dos povos do campo, das águas e das florestas, bem como de outras práticas socioespaciais dos povos e comunidades tradicionais amazônicas. Nesse sentido, compreender a dinâmica e a lógica do espaço urbano nas cidades amazônicas se faz cada vez mais necessário, pois ao mesmo tempo em que há o avanço do capital, cria-se no interior desse modelo hegemônico, os movimentos sociais urbanos de resistências, lutando frente às formas de exclusão, marginalização e criminalização dos seus direitos humanos e identitários.

### **COORDENAÇÃO**

**Francilene Sales da Conceição** – Professora do curso de Geografia/ UFOPA

**Márcio Júnior Benassuly Barros** – Professor do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/UFOPA

**Isabel Cristina da Silva** – Movimento Tapajós Vivo

# IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA CIDADE DE SANTARÉM

Samuel Moura<sup>1</sup>

Lorene Azevedo<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A sede do município de Santarém é considerada cidade de médio porte, situada no oeste paraense, na região Norte do Brasil e possui aproximadamente 302.667 habitantes (IBGE, 2018). Dentro deste contexto, a presente pesquisa busca descrever a atual situação da educação na cidade, identificando a existência das instituições de ensino das esferas: municipais, estaduais, federais e particulares – quando existir convênio com o governo federal. Para obter as informações necessárias fizemos uso de pesquisa bibliográfica e análise de documentos, constituídos a partir de material já elaborado, obtidos principalmente através de pesquisa em sites, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Educação (MEC), assim como da Prefeitura Municipal de Santarém (PMS). As instituições de ensino foram identificadas e foi analisada a quantidade destas por zona administrativa da cidade. Importante destacar que aqui não serão incluídos os nomes de todas as instituições devido ao pequeno espaço habilitado para informações, ou seja, devido à limitação de palavras de um resumo expandido. A pesquisa está dividida em 3 etapas, a metodologia, os resultados da pesquisa e as considerações realizadas pelos autores.

## METODOLOGIA

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento (GIL, 2008). A partir da concepção metodológica de Gil (2008), a pesquisa pode ser caracterizada como de natureza aplicada por ser da área de ciências da sociedade; qualitativa por ser uma análise do campo social no que tange a educação no município de Santarém. Esse trabalho consiste em duas etapas, a primeira “descritiva que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). E a segunda etapa,

---

<sup>1</sup> Professor EBTT do IFPA Campus Itaituba. [samuel.ivan8@gmail.com](mailto:samuel.ivan8@gmail.com)

<sup>2</sup> Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da UFOPA. [looregilbert@gmail.com](mailto:looregilbert@gmail.com)

consiste na “pesquisa bibliográfica com material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50).

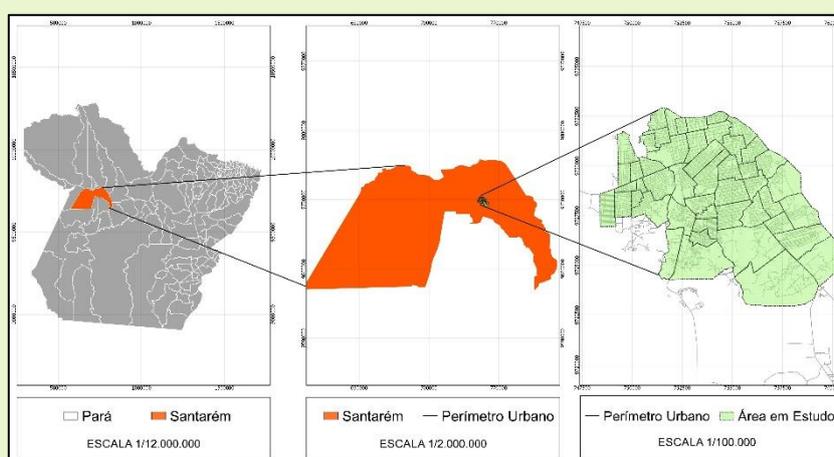
## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de adentrar nos resultados da pesquisa, deve-se informar que as zonas administrativas da cidade de Santarém, estão divididas em Zona Norte, Zona Oeste, Zona Central, Zona Leste e Zona Sul, segundo o Plano Diretor Municipal de Santarém (2018). Isso devido ao fato de que em certo momento da pesquisa, foram identificadas a quantidade de instituições por zonas, ou seja, garante uma especificidade maior ao leitor.

Em Santarém, as escolas, creches e instituições de ensino superior possuem nomenclatura distinta entre elas. Desde o ensino municipal, onde existem as UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) e EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental). O ensino estadual com as EEEF (Escola Estadual de Ensino Fundamental), EEEFM (Escolas Estadual de Ensino Fundamental e Médio) e, até mesmo uma UE (Universidade Estadual). Existem instituições que pertencem ao Sistema S – que são um conjunto de instituições com interesses de categorias profissionais, isto é, entidades que recebem verbas públicas para aplicar em aprendizado específico (VARESCHINI, 2011).

Com o diagnóstico da localização das instituições de ensino, foi possível ter base considerável de dados para gerar um mapa temático e ilustrar o cenário encontrado pertinente ao tema. Na figura 1, é possível ter a noção de onde está localizada a área de estudo, nesse caso os bairros e o município de Santarém, no estado do Pará.

**Figura 1. Mapa de Situação**

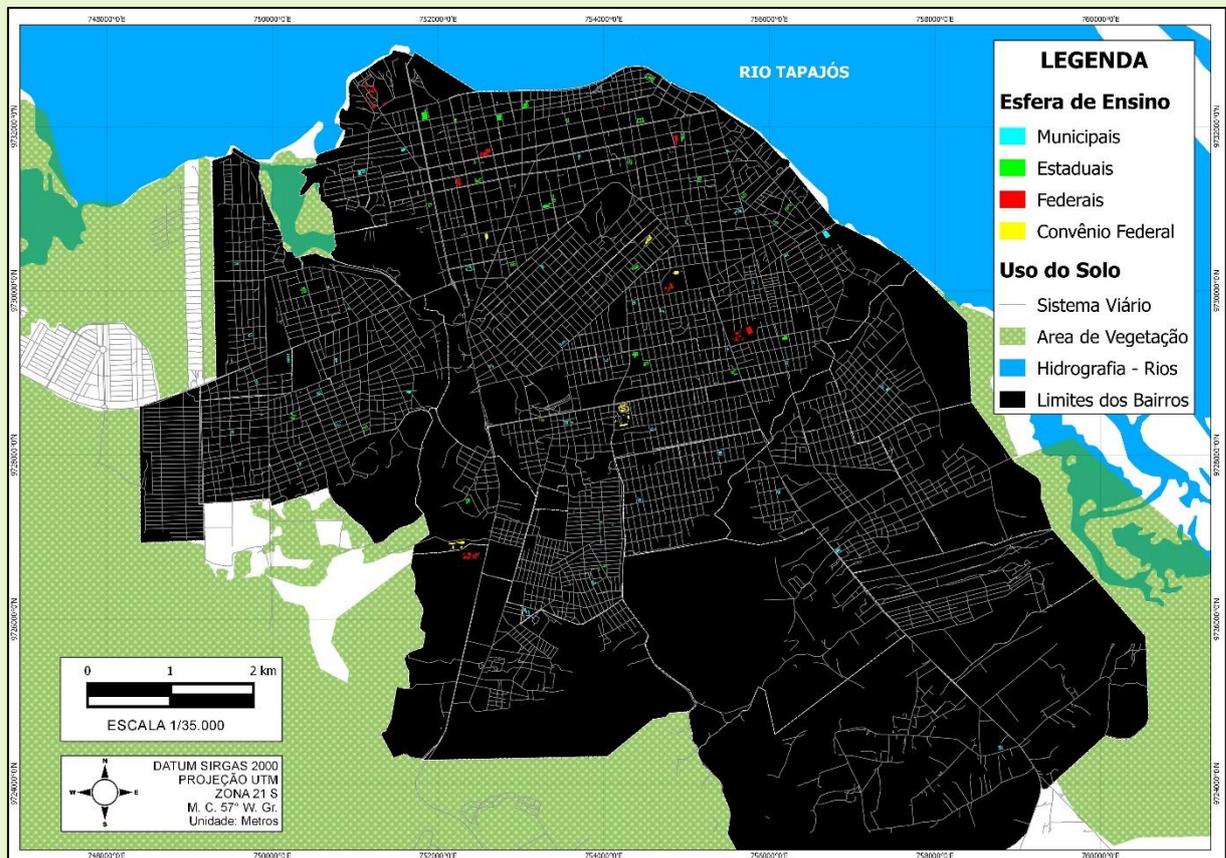


**Fonte:** Base Geodésica do IBGE (2012), Plano Diretor de Santarém (2018), adaptado pelo coautor, 2019.

Na figura 2, as instituições estão classificadas em Municipais (azul), Estaduais

(verde), Federais (vermelho) e Convênio Federal (amarelo), as três iniciais representam as esferas de atuação destas, a última classificação mencionada são de instituições particulares, mas que possuem convênio com governo federal por meio de programas de bolsas de 50% ou 100%.

**Figura 2.** Mapa das Instituições de Ensino da cidade de Santarém



**Fonte:** Malha Urbana do IBGE (2012), elaborado pelo coautor, 2019.

No mapa acima (figura 1), fica visível a predominância de instituições de ensino municipal, principalmente na área oeste (lado esquerdo) do mapa. Ao norte (na parte superior), existe um conglomerado de escolas da rede estadual, com a presença de algumas de ensino federal – caso da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde se localizam suas três unidades. A observação final é no tocante àquelas que possuem convênio federal, por estarem no centro geográfico (meio do mapa) da cidade – o caso do IESPES (Instituto Esperança de Ensino Superior), CEULS/ULBRA (Centro Universitário Luterano de Santarém) e a CUA/UNAMA (Centro Universitário da Amazônia).

Para leitura quantitativa das instituições foram elaborados quadros. O Quadro 1 contabiliza 108 edificações de ensino na cidade de Santarém, ou seja, não considera as

escolas da área rural. Destas, a maioria pertence à rede municipal – 63 escolas de ensino fundamental e/ou creches –, em segunda instância as instituições estaduais – onde uma é a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e as demais são escolas de ensino fundamental e médio ou apenas ensino médio.

**Quadro 1.** Quantidade de Instituições de Ensino da Área urbana de Santarém

<b>Qtd.</b>	<b>Instituições de Ensino</b>
63	Municipais
33	Estaduais
8	Federal
4	Convênio Federal
<b>108</b>	<b>TOTAL</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2019.

Ainda no quadro 1, estão classificadas as 8 instituições de ensino federal, entre elas o IFPA (Instituto Federal do Pará), as 3 unidades da UFOPA, e as outras 4 instituições pertencem ao sistema S – nesse caso são eles: Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). E das quatro instituições que possuem convênio federal, 3 já foram citadas, a outra seria o Zoológico da UNAMA (ZOO/UNAMA), que na visualização da figura 1, fica localizado ao sul do mapa (ponto amarelo na parte inferior).

O quadro 2 distingue as instituições por zonas da área urbana – já explicadas no início desse tópico. A leitura pelo mapa temático coincide com a leitura do quadro 2, onde a maioria das escolas municipais estão na Zona Oeste, com 17 instituições. Quanto à rede Estadual, a maioria pertence à Zona Norte, como também se pode notar no mapa, contabilizando 19 edificações – esse caso é diferente, pois são poucas escolas por zonas, diferente do ensino municipal que existe um equilíbrio entre as áreas da cidade.

**Quadro 2.** Quantidade de Instituições de Ensino por Zonas Administrativas de Santarém

Esfera	Zonas Administrativas da Cidade				
	Norte	Oeste	Central	Leste	Sul
Municipal	9	17	14	12	10
Estadual	19	3	5	3	4
Federal	4	-	1	1	1
Convênio Federal	1	-	2	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>16</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

E por fim, no quadro 2, a maioria das instituições de ensino federal estão na Zona Norte, pelo fato da presença de todas as unidades da UFOPA. Enquanto as instituições particulares são predominantes na Zona Central.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho teve por objetivo fazer o levantamento de dados, e demonstrar de forma especializada as informações obtidas, através de mapas e tabulação de instituições da rede pública e privada utilizando dos níveis educação infantil, ensino fundamental e médio, e ensino superior. Vale ressaltar que a pesquisa ocorreu apenas na área urbana do município.

Em suma, a Zona Norte com 33 possui a maioria de edificações educacionais, a Zona Central com 23, a Zona Oeste – mesmo não tendo nenhuma universidade ou centro universitário e, poucas escolas de ensino médio – com 20 escolas e as Zonas Leste e Sul com 16 – contando com várias escolas municipais.

Com isso fica claro que se houver uma greve/paralisação no âmbito municipal, a maioria dos estudantes de ensino infantil e/ou fundamental sairia prejudicado – mesmo se a luta por direitos dos professores for justificada. Analisando do pressuposto que quem usufrui desses equipamentos públicos está localizado próximo a eles, ou seja, se existe uma escola no bairro da Zona Oeste, o estudante reside na mesma zona.

Em relação ao Ensino Superior, a Universidade Federal é a atração de estudantes de vários municípios próximos, ou seja, da região. E que no caso de paralisações pode afetar diversos fatores da cidade, mas o que poderia gerar outro produto científico como um resumo expandido ou artigo.

**Palavras-chave:** Diagnóstico; Educação; Área Urbana; Santarém.

## **REFERÊNCIAS**

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 220

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Malha municipal digital do Brasil: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, [2012]. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/malhas\\_digitais/](ftp://geofp.ibge.gov.br/malhas_digitais/)>. Acesso em: fev. 2018.

VARESCHINI, Julieta Mendes Lopes. **Licitações e contratos no Sistema “S”**. 5.ed. rev. atual. - Curitiba: Editora JML, 2011. Disponível em: <[http://www.jmleditora.com.br/arquivos/licitacoes\\_e\\_contratos\\_sistema\\_s\\_bookstore.pdf](http://www.jmleditora.com.br/arquivos/licitacoes_e_contratos_sistema_s_bookstore.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2019.

# IMPORTÂNCIA DOS PROTOCOLOS DE CONSULTA DOS COLETIVOS SOCIAIS DENTRO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM

*Lindon Johnson Pontes Portela<sup>1</sup>*

*Aline de Matos Soares<sup>2</sup>*

*Raimundo Carlos Ferreira Alves<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

É preciso exercitar a cidadania em um processo de conscientização (consciência + ação) para externar em ações aquilo que interiorizamos (razão e emoção) para uma reflexão crítica. A comunidade culturalmente estruturada é o lugar onde o processo de concepção ambiental precisa ser adquirido desde cedo a fim de ensinar as pessoas que a responsabilidade é de todos os seres humanos na preservação do meio ambiente. (TEIXEIRA, 2014).

Neste contexto, o trabalho tem como objetivo informar sobre importância dos protocolos de consulta como ferramenta de resistência e autoafirmação de identidade dos povos tradicionais inseridos na região metropolitana de Santarém.

## METODOLOGIA

Usou-se como instrumento de pesquisa a observação bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (1999, 39.), “(...) utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos”. Portanto, foi pesquisado os protocolos de consultas livres, prévio e informado dentro da região de Santarém, sendo achados três protocolos de comunidades tradicionais.

## DISCUSSÕES

Os povos tradicionais eram considerados reservas de mão de obra até a metade do século XX. Com muitos questionamentos advindos do organismo internacional do trabalho era necessário que criassem espaços para integrá-los ao sistema laboral. Portanto, com as legislações da Constituição de 1988, mais especificamente no Brasil e a Convenção Internacional 169 da OIT, começou-se a romper o ideário integracionista e então reconhecer que estes possuem direitos a ser povos, que estes têm peculiaridades,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). [lindon.johnson.narutero@gmail.com](mailto:lindon.johnson.narutero@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

isto é, grupos diferenciados da sociedade nacional que se regem por suas próprias leis e sem necessidade de integração (FILHO, et. al, 2019).

Uma das formas encontradas pelos indígenas, quilombolas e ribeirinhos para dizer à sociedade sobre suas singularidades, foi construir o seu próprio protocolo de consulta. Esse documento expressa um processo de enfrentamento político, onde desejam ser seus próprios protagonistas. Portanto, o quadro abaixo destaca os pontos sobre população, ano, quem são, quem deve ser consultado, quem pode participar e como devem ser avisados.

Quadro I. Protocolos de consulta de Santarém.

População Tradicional e ano	Quem Somos?	Quem deve ser consultado?	Quem pode participar do protocolo de consulta?	Como queremos ser avisados sobre a existência de um projeto que afete nosso território?
<b>Indígenas Munduruku e Apiaká (2017)</b>	A Terra indígena Munduruku do Planalto, composta por quatro aldeias indígenas, a saber: Açaizal, Ipaupixuna, São Francisco da Cavada e Amparador, estamos localizados no Planalto Santareno, isto porque o povo Munduruku habita outras áreas em Santarém.	No caso de implantação de qualquer tipo de projeto, que venha impactar direta ou indiretamente qualquer das aldeias indígenas do Planalto, assim como suas atividades culturais, devem ser consultados todos os indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno, assim como as organizações jurídicas que representam cada aldeia e o seu Conselho Indígena do Planalto.	Todos os parceiros, instituições e/ou organizações governamentais ou não-governamentais, a serem indicados pelas entidades indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno, a depender do projeto ou plano que esteja sendo consultado. Além das entidades de nossa confiança, para cada plano ou projeto, iremos solicitar e indicar a presença de um ou mais consultores especialistas independentes para esclarecer nossas dúvidas e apresentar um ponto de vista mais autônomo sobre o projeto. O quórum mínimo para a realização das reuniões será de pelo menos 50% dos moradores de cada aldeia, isto se todas as exigências de divulgação, convite e logística forem cumpridas.	Para o repasse dessas informações, queremos ser avisados com 60 dias de antecedência, a partir do interesse do governo ou de algum empreendedor em realizar estas reuniões. Deverão ser avisadas nossas lideranças indígenas, de todas as cinco aldeias, por meio de ofício e meios de comunicação de massa como televisão e rádio. Os custos das reuniões deverão ser cobertos integralmente pelo governo ou pelo empreendedor, inclusive os gastos individuais dos indígenas para a participação.

<b>Quilombolas (2016)</b>	Comunidades remanescentes de quilombo, vivemos em doze comunidades quilombolas no município de Santarém: Saracura, Arapemã, Surubiu-Açú, Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, Patos do Ituqui, Pérola do Maicá, Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru e Tingu, organizadas através da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS.	Todos os moradores do quilombo, através de assembleias, com participação de escolas, clubes de futebol, igrejas, jovens, os mais velhos, homens, mulheres, FOQS, estudantes universitários do quilombo e pessoas/famílias oriundas do quilombo que não moram na comunidade, mas mantêm vínculo social, político e econômico.	Os nossos parceiros poderão ser convidados para as reuniões e nós é que decidiremos quem deverá participar das reuniões. O governo deverá levar cópias de documentos (como cópia de projetos) referentes a qualquer assunto de nosso interesse.	O governo deverá comunicar a FOQS sobre seus planos e projetos. Após, a FOQS terá o prazo de sessenta (60) dias para responder sobre a consulta, pois as lideranças precisam de tempo suficiente para levar o assunto para os quilombos de modo que os quilombolas manifestem suas opiniões acerca do assunto, tendo consenso de ideias, sobre quando e como deverá ser feita a consulta.
<b>Pescadores e pescadoras de Santarém (2017)</b>	Somos pescadores e pescadoras, remanescentes de quilombos e indígenas que têm a pesca artesanal e a agricultura familiar como principais atividades. Estamos socialmente organizados em Conselhos Regionais de Pesca em Núcleos de Base da Colônia de Pescadores Z-20 do município de Santarém	Todos os pescadores e pescadoras artesanais, remanescentes de quilombos, indígenas, e demais moradores cujo modo de vida possa ser direto ou indiretamente impactado pelo empreendimento devem ser consultados. Devem ser convidadas as lideranças comunitárias, lideranças religiosas, diretores e professores da comunidade escolar. Também deverão ser convidados os parceiros como Universidade, ONGs e outras entidades cujo apoio seja de nosso interesse neste processo.	A consulta deve ser feita de forma livre, prévia e informada. Realizada por órgão governamental, conforme recomenda a legislação (Art. 6º da Convenção 169/Organização Internacional do Trabalho - OIT). Os núcleos de base, Conselhos Regionais de Pesca e a diretoria da Z-20 são as entidades representativas que realizam reuniões periódicas para deliberarem sobre os assuntos do nosso interesse.	Devemos ser avisados sobre a consulta através das lideranças locais; a saber, Coordenadores dos Núcleos de Base, pelos Conselhos Regionais de Pesca de todas as regiões de Santarém e direção da Colônia de Pescadores Z-20. Também deveremos ser amplamente informados pelos seguintes meios de comunicação local: Emissoras Locais: TV Tapajós; TV RBA; TV Guarany; TV Encontro. Rádios locais: Rural, Tapajós, Princesa, Guarany e pelas Redes Sociais.

**Fonte:** elaborado pelos autores.

A obrigação da consulta deriva da necessidade de os Estados nacionais preservarem os direitos dos povos — ou, a incolumidade dos direitos dos povos tradicionais gera aos Estados a obrigação de consultar (FILHO, et. Al, 2019). De acordo com a Convenção nº 169 da OIT (1957), a consulta deve incluir um processo de troca de informações cuidadosamente executado e deve ser concluído antes que seja tomada qualquer decisão sobre o projeto, inclusive, ainda em sua fase de concepção. O processo

de consulta e os estudos de participativos fazem parte de um diálogo necessário sobre justiça, que deve ser mantido em longo prazo.

A Consulta Prévia é um direito, este é um instrumento importante para o fortalecimento da diversidade e da autonomia dos povos, o qual é amparado, especialmente nos seus artigos 4º, 6º, 7º, 15º e 17º na Convenção 169 da OIT através dos quais é garantido aos povos e comunidades tradicionais, o direito de serem consultados anteriormente, durante e depois da instalação de qualquer projeto que possa atingir a forma como estes vivem (FASE, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, cada povo possui sua dinâmica na construção da hierarquia para tomada de decisões e, assim, criam sua legitimidade. Para decisões do dia a dia as comunidades têm procedimentos e formas reconhecidos e adotados. Mas, a consulta prévia, livre e informada está longe de ser uma decisão cotidiana. Assim os povos começaram a criar mecanismos, que pudessem expressar a vontade coletiva e responder as consultas adequadamente.

**Palavras-chave:** Tradicional; Defesa; Território; Direitos.

## **REFERÊNCIAS**

**CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS**, 1989.

Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em 01 de nov. 2019.

**FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM**, 2016.

Disponível em:

[terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/PROTOCOLO\\_CONSULTA\\_WEB-min.pdf](http://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/PROTOCOLO_CONSULTA_WEB-min.pdf).

Acesso em 01 de nov. 2019.

FILHO, C. F. M. S.; SILVA, L. A. L.; OLIVEIRA, R.; VERENA, C. M.; GLASS, V. (Org.). **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação**. – São Paulo:

Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. 268P.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E.M. **metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**.

São Paulo: atlas, 1999.

**PROTOCOLO DE CONSULTA DOS POVOS INDÍGENAS MUNDURUKU E APIAKÁ DO PLANALTO SANTARENO,** 2017. Disponível em: [https://rca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Protocolo\\_de\\_Consulta\\_mar%C3%A7o\\_2017.pdf](https://rca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Protocolo_de_Consulta_mar%C3%A7o_2017.pdf). Acesso em 01 de nov. de 2019.

**PROTOCOLO DE CONSULTA AOS PESCADORES E PESCADORAS DE SANTARÉM-PA,** 2017. Disponível em: <http://www.mp.pa.gov.br/data/files/2D/E6/8F/D7/120D6610E63C6C66180808FF/Protocolo%20dos%20Pescadores%20de%20Santarem.pdf>. Acesso em 01 de nov. 2019.

**Revista de debates da FASE.** Proposta nº 128, 2018 – Ano 42.

TEIXEIRA, C.; TORALES, M. A.. A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas. **Educar em Revista**, Curitiba, edição especial, n. 3, p. 127-144, 2014.

# MULHERES NA MÚSICA: POTENCIALIDADES DE RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADE NA PENITENCIÁRIA FEMININA

*Eloísa Amorim de Barros<sup>1</sup>*

*Rebeca Larissa dos Santos Marinho<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A música alarga possibilidades de ser e se reinventar no mundo. Assim como qualquer outro tipo de manifestação artística, ela exprime o que há de mais íntimo e belo da condição humana. O cárcere no sistema prisional, não só é uma forma de afastamento e exclusão de indivíduos do cotidiano social, mas uma ferramenta útil para a violenta realidade capitalista de produzir desigualdade e estranhamento com sua subjetividade, trazendo questionamentos do que seria de fato ser humano e contradizendo seu discurso de reinserção das pessoas encarceradas para a dimensão pública. A partir disso, este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de uma roda de conversa com as mulheres de regime fechado na penitenciária feminina no dia 10 de outubro de 2019.

## DESENVOLVIMENTO

A roda de conversa foi realizada no Centro de Recuperação Feminino (CRF), localizado no complexo penitenciário Silvio Hall de Moura, no município de Santarém, por representantes do Centro de Referência Maria do Pará e pela organização TPM (Tudo Pelas Mulheres), na qual promove eventos de rock voltados para bandas femininas ou com mulheres na formação. A atividade fez parte da programação do outubro rosa na instituição e propiciou um momento de diálogo, escuta e distração a partir de um acústico de voz e violão, ressignificando a percepção de si e da situação de cárcere em que as mulheres se encontram.

## RESULTADOS

A ação foi realizada em uma tarde com 2 horas de duração e alcançou, em uma sala na penitenciária, cerca de 30 mulheres do regime fechado. No início da roda foi solicitado que elas falassem seu nome, idade e uma música que lhes trouxessem boas

---

<sup>1</sup>Psicóloga Clínica e professora do curso de Psicologia do Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES). [eamorimdebarros@gmail.com](mailto:eamorimdebarros@gmail.com)

<sup>2</sup>Psicóloga com atuação clínica. [rebecca\\_stmmarinho@hotmail.com](mailto:rebecca_stmmarinho@hotmail.com)

lembranças, algumas se emocionaram e acabaram se estendendo em sua fala, já outras transpareceram apatia e não pontuaram nenhuma música, porém se notou a necessidade de falar sobre si e sobre suas vivências de estar naquele lugar. Logo depois das apresentações, as organizadoras do projeto TPM compartilharam suas experiências com música e shows de rock, causando impacto e modificações de humor entre o público, que, após as falas, no momento da música ao vivo, vibraram, emocionaram-se e, inclusive, cantaram juntas em um grande coral. A roda continuou e as representantes do centro Maria do Pará desenvolveram uma fala sobre empoderamento feminino e depois foi concluída com diversas falas das detentas sobre a importância de serem notadas como pessoas e não presidiárias e, também, do quanto é essencial ouvir e fazer música como resistência e encorajamento de não perder sua essência e sua identidade.

## **DISCUSSÃO**

Houve respostas significativas e pontuais no que tange o envolvimento das mulheres pela música e o resgate de sua própria individualidade. As falas se direcionaram para o aprendizado, não pelo sistema, que é cruel e opressor, mas pelo fato de estarem vivenciando a mesma experiência com companheirismo e solidariedade entre elas, pela saudade do afeto da família e dos filhos e de como é difícil pensar em novos horizontes se a sociedade fora do cárcere as julga e não considera sua existência com dignidade e humanidade e, vale ressaltar, que as expressões não verbais de riso, choro e abraços ao final da roda se mostraram relevantes para o levantamento de hipóteses. Algumas detentas relataram nunca mais terem ouvido música e que foi importante o momento da roda, por terem sido ouvidas e para repensarem um caminho de esperança e novas perspectivas, baseado na significação autêntica do Eu.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Toda experiência é válida como aprendizado e conhecimento de outras realidades. A tarde na penitenciária feminina causou o despertar para as formas de relações de poder e injustiça feitas a partir do Estado para o sistema carcerário, bem como as possibilidades de resistência que as presidiárias compartilham para manter sua subjetividade, nutrindo afeto e força entre si, produzindo histórias e ressignificações de valoração da vida. Importante ressaltar que depois de finalizada a roda, um trio de mulheres apresentadas e conhecidas na instituição como “As Leãozinhos”, relataram que se sentiram inspiradas e pensaram na possibilidade de escrever músicas sobre sua realidade e o restante das

mulheres pontuaram que elas tentam ao máximo fazer da penitenciária um lugar menos doloroso, que as vezes cantam, gritam, dançam, importam-se e buscam ouvi-las, resistindo os piores dias e ainda procurando novas formas de se reinventar.

**Palavras-chave:** mulheres; resistência; subjetividade.

# REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO III SEMINÁRIO DE DIREITO À CIDADE EM SANTARÉM-PA



**Grupo de Pesquisa o Direito à Cidade em Santarém-PA**



**Exposição “A reconfiguração da orla da cidade de Santarém-PA”**



**Grupo de Pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA”**



**Minicurso “Sofrimento Ético-Político: o luto e a luta pelo direito de ser e viver a cidade”**



**Minicurso “Sofrimento Ético-Político: o luto e a luta pelo direito de ser e viver a cidade”**



**Minicurso “Morar na Amazônia: experiências etnográficas de uma moradora aprendiz”**



**Minicurso “Morar na Amazônia: experiências etnográficas de uma moradora aprendiz”**



**Grupos de Trabalho**



**Grupos de Trabalho**



**Grupos de Trabalho**



**Seminário “O direito à moradia nas cidades da Amazônia”**



**Plenária dos movimentos sociais na ocupação Vista Alegre do Juá**



**Plenária dos movimentos sociais na ocupação Vista Alegre do Juá**



**Mesa “O direito à moradia pelo olhar discente”**



SANTARÉM-PA  
UFOPA  
2022